UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

DEPARTAMENTE DE EDUCAÇÃO

POSMEX

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EXTENSÃO RURAL E DESENVOLVIMENTO LOCAL

MULHER E PESCA ARTESANAL: A PARTICIPAÇÃO DAS PESCADORAS DE RIO FORMOSO-PE NA CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL.

THIAGO JERÔNIMO PINTO DOS SANTOS

RECIFE

2014

THIAGO JERÔNIMO PINTO DOS SANTOS

Dissertação apresentada e aprovada por unanimidade ao Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local (Posmex), do Departamento de Educação da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), sob orientação da Profª. Drª. Betania Maciel (UFRPE).

BANCA EXAMINADORA

_____

Profª. Drª. Betania Maciel (UFRPE)

Presidenta

MEMBROS

_____

Prof. Dr. Marcelo Sabbatini (UFPE)

_____

Profª. Drª. Irenilda de Souza Lima (UFRPE)

_____

Profª. Drª. Fabiana Wanderley (UFRPE)

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho ao meu grande amigo Erick Valdervino Bernardo, porque sem ele esse sonho não seria realizado.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha mãe Ladjane Pinto dos Santos, que me suportou e me entendeu nos momentos mais delicados desse trabalho de dissertação. Agradeço pelos conselhos, algumas vezes exagerados, mas repleto de boas intenções. Pelas palavras doces e por ter me ensinado a ser gentil com as pessoas, a ser atencioso e delicado no trato com os outros. Ensinou-me a falar na hora certa e ser paciente na hora de ouvir. A não julgar sem antes conhecer, e ter a consciência que todos têm o seu valor, independente da cor da pele, posição social, orientação sexual, doutrina religiosa e de qualquer outra situação. Agradeço também por me ensina a coisa mais importante sobre a vida, que nenhuma Universidade ensina: A ser um homem honrado!

Agradeço também a minha filha Lucily Freire que me fez entender o significado da vida e da felicidade.

Também, agradeço ao meu amigo Erick Valdevino Bernardo que me ensinou o valor da persistência e do trabalho duro. Sem ele, o caminho seria muito mais árduo e complexo, porém tive a sorte de tê-lo como amigo fiel e companheiro nas situações mais complexas da minha vida.

A minha namorada Adriana Andrade que através de seu sorriso me motivou e me engrandeceu nos momentos de maior dificuldade. Agradeço pelas palavras doces e meigas, e pela paciência que teve comigo nos dias ruins. Pelos abraços carinhosos e cheios de ternura, afirmando sempre, que tudo iria dá certo!

Agradeço a minha amiga, professora e orientadora Betania Maciel pela paciência e profissionalismo durante todo nosso percurso intelectual, pelas conversas, conselhos e pela honra de tê-la como professora e amiga.

A queridíssima professora Irenilda de Souza Lima que se transformou no meu referencial de professora e de educadora. Uma mulher predestinada pelos deuses a ser professora. Uma pessoa rara nos dias de hoje. Dona de um fascínio quando fala e de um carisma inexplicável. Obrigado a todos por tudo!

EPÍGRAFE

“Liberdade é pouco. O que eu quero ainda não tem nome”.

(Clarice Lispector)

ABREVIATURAS E SIGLA

COMPESA Companhia Pernambucana de Saneamento

CPRH Agência Estadual de Recursos Hídricos

ETE Estação de Tratamento de Esgoto

IBAMA Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IPA Instituto Agronômico de Pernambuco

MPA Ministério da Pesca e da Aquicultura

ONG Organização não Governamental

PRORURAL Programa de Apoio ao Pequeno Agricultor

UFPE Universidade Federal de Pernambuco

UFRPE Universidade Federal Rural de Pernambuco

SPSS Statistical Package for the Social Sciences

QUADROS, IMAGENS E TABELAS.

LISTA DE QUADROS:

Quadro 01: Perfil socioeconômico das pescadoras entrevistadas.....58

LISTA DE IMAGENS:

Imagem 01: Hidronegócio na colônia de pescadores – criação de camarão dentro da comunidade.....39

Imagem 02: Privê localizado às margens da Praia dos Carneiros.....42

Imagem 03: Poluição ambiental na comunidade pesqueira.....43

Imagem 04: Especulação imobiliária em Tamandaré/Praia dos Carneiros.....46

Imagem 05: Construção de casas em uma área de mangue na Praia dos Carneiros....46

Imagem 06: Sede da colônia de pescadores/as Z-07 do Rio Formoso.....51

Imagem 07: Ata de reunião da colônia de pescadores/as Z-07 do Rio Formoso.....,...52

Imagem 08: Tabela com as datas das reuniões mensais referente ao ano de 2014.....52

Imagem 09: Assinatura da Ata de presença nas reuniões da colônia Z - 07.....66

LISTA DE TABELAS:

Tabela 01: Número de entrevistas realizadas entre os anos de 2013 e 2014.....48

Tabela 02: Locais onde foram realizadas as entrevistas com as pescadoras.....49

Tabela 03: Percentual de homens e mulheres inscritos na colônia de pescadores (as) de Rio Formoso.....53

Tabela 04: Porcentagem de frequência de homens e mulheres nas reuniões da colônia.....54

RESUMO

A presente pesquisa visa relacionar a participação política das pescadoras de Rio Formoso, localizado no litoral sul de Pernambuco, na construção de políticas públicas para o desenvolvimento local. Considerando que a pesca artesanal tem peculiaridades quando exercida tradicionalmente por homens, a análise aqui, se destina, principalmente, apresentar a desvalorização política das pescadoras filiadas à colônia. Tomando como estudo de caso a colônia de pescadores/as de Rio Formoso-PE, a pesquisa buscou refletir sobre o nível de participação dessas pescadoras na construção de políticas para o desenvolvimento local da comunidade pesqueira. Observa-se que em várias situações, as mulheres pescadoras se fazem presentes nas reuniões da colônia, porém suas escolhas não são respeitadas e nem reconhecidas dentro dos espaços de decisão. A desvalorização do seu trabalho e a falta de reconhecimento social pelos seus pares inviabiliza sua atuação política nos espaços democráticos. Trata-se de uma pesquisa qualitativa/quantitativa, onde utilizamos os procedimentos metodológicos, da observação direta, análise documental, roteiro de entrevistas semiestruturado com os representantes da colônia e trabalhadores e trabalhadoras de pesca artesanal. Através dos resultados verificamos que não houve uma participação efetiva das pescadoras na construção de políticas públicas para o desenvolvimento local da comunidade pesqueira em análise.

Palavras-Chaves: Participação, Políticas Públicas, Desenvolvimento Local, Mulher e Pesca Artesanal.

Abstract

This research aims to relate the political participation of fishers in Rio Formoso, located on the southern coast of Pernambuco, in the construction of public policies for local development. Considering that artisanal fishing has its peculiarities when traditionally practiced by men, the principal analysis here intends to present the political devaluation of the fisherwomen affiliated with the colony. Taking as a case study the fishermen colony, Rio Formoso -PE, the research sought to reflect on the level of involvement of fishers in building policies for local development of the fishing community. It is observed that in many situations, fisherwomen are present at meetings of the colony, but their choices are not respected nor recognized within the decision-making spaces. The devaluation of their work and the lack of social recognition by peers prevent their political action in democratic spaces. This is a qualitative/quantitative study, where we use methodological procedures including direct observation, document analysis, semi-structured interviews with representatives of the colony and artisanal fishing workers. From the results we found that there was no effective participation of fisherwomen in the construction of public policies for local development of the fishing community in question.

Key-words: Participation, Public Policy, Local Development, Women and Artisanal Fisheries.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....11

CAPÍTULO 1 - PESCA ARTESANAL E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL: O PROBLEMA A SER REVELADO.....16

CAPÍTULO 2 - REFERENCIAL TEÓRICO: A PARTICIPAÇÃO POPULAR COMO FORMA DE CONQUISTA SOCIAL.....25

CAPÍTULO 3 - ANÁLISE DA PARTICIPAÇÃO DAS PESCADORAS DE RIO FORMOSO-PE NA CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL: UM ESTUDO DE CASO.....35

3.1 Municípios de Rio Formoso: aspectos gerais.....36

3.2 Comunidade pesqueira de Rio Formoso: território e territorialidade.....40

3.3 Metodologia.....47

3.3.1 Área de estudo.....47

3.3.2 A coleta dos dados.....47

3.3.3 Análise estatística.....48

3.3.3 Trajetória da pesquisa.....49

3.4 A colônia de pescadores de Rio Formoso - Z 07.....51

3.5 Mulher e trabalho na pesca artesanal.....54

3.6 Diagnóstico da pesca tradicional em Rio Formoso-PE.....56

3.7 Políticas públicas, cidadania e participação das pescadoras de Rio Formoso-PE para o desenvolvimento local.....61

CONCLUSÃO.....70

REFERÊNCIAIS.....74

APÊNDICE.....80

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa visa relacionar a participação política das pescadoras do Município de Rio Formoso-PE na construção de políticas públicas para o desenvolvimento local.

A escolha desse tema deve-se ao interesse pessoal do autor por esta área específica, bem como, a importância progressiva das representações e relações de gênero e a participação das mulheres no espaço da pesca artesanal.

O primeiro contato com o tema a ser pesquisado aconteceu na Escola Estadual Cleto Campelo, localizada no Município de Gravatá, onde exercia a função de professor de sociologia. Nessa escola tive a oportunidade de participar como sociólogo de um evento pedagógico que teve como objeto de discussão reflexões envolvendo mulher, participação e cidadania.

Nesse evento, promovido pela gestão escolar juntamente com os docentes da instituição de ensino, a ideia principal foi estabelecer um canal de comunicação entre professor e aluno visando à construção de atitudes e comportamentos que favoreçam a construção de uma sociedade mais justa e democrática.

Ao longo dessa experiência compartilhada com os alunos e alunas fiquei bastante interessado pelos assuntos ligados ao tema. No decorrer do evento a escola proporcionou uma visita a uma colônia de pescadores (as) com o objetivo de efetivar a construção do conhecimento iniciado na escola e analisar os problemas enfrentados por este segmento econômico na busca da cidadania. Foi nesta oportunidade que tive o primeiro encontro com a realidade da pesca artesanal e seus desafios.

A pesca artesanal possui uma importância econômica e sociocultural. A atividade pesqueira é uma das mais antigas já registradas pelo homem. No Brasil, segundo o Ministério da Pesca e Aquiculturas, há cerca de 600 mil pescadores que se organizam em 299 colônias espalhadas pelo país. Dados

do IBAMA[1] (2001) mostram que no Brasil, 60% de toda a pesca extrativa é oriunda da pesca artesanal, o que representa mais de 500 toneladas por ano.

No Estado de Pernambuco, o número de pescadores e pescadoras artesanais é de 14.647 oficialmente registrados, esses dados revelam a importância econômica dessa atividade no desenvolvimento local das comunidades pesqueiras e do Brasil. Em Pernambuco, dentre os formalmente inscritos, 8.948 são homens e 5.699 são mulheres.

Nas últimas décadas a pesca artesanal perdeu bastante fôlego devido à reestruturação do sistema capitalista e das políticas neoliberais praticadas no Brasil, principalmente no início da década de 90. Nesse período houve uma interferência significativa desse modelo econômico com cortes orçamentários para as áreas sociais. Os desafios, a partir daí, de acordo com Callou (2007) se tornaram mais complexos diante dos processos de mundialização dos mercados e das culturas e sua nefasta repercussão nos contextos populares rurais.

A pesca artesanal perdeu espaços para as grandes empresas do hidro negócio e ficou subjugada aos ditames do capitalismo financeiro. Porém, apesar da mundialização do modelo capitalista ter adentro em vários setores da economia, segundo o Ministério da Pesca e Aquicultura, a pesca artesanal representa atualmente 55% do peixe que é consumido internamente no país, e possui uma cultura que lhe é própria e de grande valor para o Brasil.

A partir dessa breve análise sobre a importância da pesca artesanal no País, nossa pesquisa teve como objetivo geral: relacionar a participação política das pescadoras do Município de Rio Formoso-PE na construção de políticas públicas para o desenvolvimento local.

Como objetivos específicos, procuramos: [1] analisar a atuação política das pescadoras na Colônia de pescadores (as) do Município de Rio Formoso. Nesse objetivo específico, vamos analisar como se dá a participação das pescadoras no que tanque às reivindicações, deliberações, diálogos e

[1] IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

movimentos sociais na construção de políticas públicas para o desenvolvimento local da comunidade em estudo.

E como segundo e último objetivo específico: ² identificar os mecanismos utilizados pelas organizações governamentais (Governo de Pernambuco e Prefeitura de Rio Formoso) para a elaboração de políticas públicas para a pesca artesanal na Colônia de pescadores desse Município. Sobre esse objetivo, vale salientar que procuramos, através das entrevistas e da análise documental, verificar os mecanismos empregados na formulação de políticas para a pesca tradicional de Rio Formoso. Observamos nesse processo como se dá a construção desses projetos junto aos pescadores e pescadas.

Quanto às etapas da pesquisa, em um primeiro momento foram realizadas visitas à colônia de pescadores e pescadoras no município de Rio Formoso. Após a primeira visita na colônia, fomos conhecer a comunidade, onde podemos observar de forma direta alguns pontos relevantes que foram registrados no caderno de campo.

Em um terceiro momento, foram realizadas visitas as instituições governamentais que são responsáveis pelas políticas públicas para a comunidade pesqueira em estudo. – órgãos nacionais visitados: Ministério da Pesca e Aquicultura – MPA; e órgãos estaduais: IPA, Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade.

No quarto e último momento da pesquisa, foram realizadas análises no local de trabalho e na colônia de pescadores (as) com o intuito de realizar uma comparação na forma de atuação política das pescadoras na colônia e na conquista de direitos a partir de sua participação nos debates e reivindicações da categoria estudada.

A pesquisa será apresentada em três capítulos. No primeiro capítulo iremos desenvolver uma reflexão sobre o problema a ser pesquisado. Consciente da importância do papal da mulher pescadora na vida da colônia e de todos os integrantes que compõe a comunidade pesqueira, sabe-se que essa categoria de análise, também sofre com a falta de visibilidade política dentro da colônia e em seu ambiente de trabalho. Esse cenário revela uma

situação de invisibilidade política dentro dos espaços que deveriam se caracterizar como ambientes democráticos.

O primeiro capítulo dessa pesquisa possui a intenção de mostrar a importância política e social da pesca tradicional, contextualizando dentro dessa discussão, o papel político da mulher pescadora na construção de políticas públicas para o desenvolvimento local e na garantia de direitos para esse segmento produtivo. Revelando assim, o objeto de estudo a ser conhecido dentro do arcabouço teórico e metodológico.

No Segundo capítulo, faremos apresentação do referencial teórico, aprofundando nossa reflexão sobre os seguintes temas: participação popular e mulher, com ênfase na pesca artesanal, onde contextualizamos sobre: políticas públicas para a pesca artesanal e desenvolvimento local.

O terceiro capítulo foi construído a partir de um estudo de caso sobre a participação política das pescadoras dentro da colônia de pescadores (as) de Rio Formoso-PE. Nesse espaço analisaremos os dados e informações obtidas na pesquisa de campo de maneira qualitativa (nível de participação e contribuição efetiva na colônia) e quantitativa (frequência nas reuniões da colônia e em outros momentos relacionados com a pesca tradicional) com o objetivo de relacionar a atuação política das mulheres ao desenvolvimento local e a construção de políticas públicas para a pesca tradicional em Rio Formoso-PE. Nesse espaço, iremos analisar as estatísticas, depoimentos, imagens e relatórios obtidos através das técnicas etnográficas desenvolvidas e executadas no campo de estudo.

Por último foi desenvolvida a conclusão no qual nos debruçamos sobre os resultados obtidos em nosso estudo. Nesse momento, fizemos uma reflexão sobre o tema abordado, relacionando os resultados da pesquisa ao itinerário teórico e metodológico utilizado em nosso trabalho.

CAPÍTULO 1

PESCA ARTESANAL E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL: O PROBLEMA A SER REVELADO

A participação feminina nas esferas de poder político reflete diretamente sua desvalorização no processo produtivo local na pesca artesanal. A falta de inserção política se caracteriza por elementos historicamente construídos e pela ausência de políticas públicas especificas para essa atividade econômica. O desenvolvimento econômico capitalista não leva em consideração o trabalho e a participação feminina na atividade pesqueira. Há uma desvalorização do trabalho das mulheres nessa atividade produtiva.

Melo (2008) afirma que uma forma de violência contra as pescadoras aparece quando as políticas reproduzem o que historicamente ocorre com as políticas do Estado e de governos para as mulheres, no qual não reconhece suas especificidades tornando invisíveis as relações estabelecidas entre o trabalho produtivo e reprodutivo. A mulher na comunidade pesqueira é posta em segundo plano pelos homens e pelas políticas públicas de Estado, mostrando dessa forma sua exclusão da vida política, econômica e social.

Deve-se analisar como elemento historicamente pertinente na problemática estudada a participação feminina na pesca artesanal e as políticas públicas direcionadas para esse setor e para o desenvolvimento local das comunidades tradicionais.

No Brasil houve alguns marcos históricos significativos que devem ser reconhecidos para melhor compreender as dificuldades relacionadas à participação da mulher na vida política. Dentre esses elementos podemos citar: o patriarcalismo e as oligarquias, ambos dificultaram de forma radical a visibilidade e a participação feminina na vida social brasileira. E são responsáveis por campo de dominação dos homens sobre as mulheres. Joan Scott (1995) destaca que o gênero é um meio de decodificar o sentido e de compreender as relações complexas entre diversas formas de interação humana, ou seja, de relações.

De acordo com Falquet (2005) apud Novaes (2007, p. 158):

> A divisão sexual do trabalho, o modelo de família e a cultura são questões profundamente interligadas, que se constituem como pilares do sistema patriarcal de opressão, podendo-se supor que aí se concentra grande parte das dificuldades de transformação

> das relações de gênero no meio rural, no qual os sistemas de valores patriarcais são mais arraigados e, portanto, mais difíceis de serem transpostos.

Ao deslocarmos essas observações ao mundo da pesca artesanal ficam evidentes seus desdobramentos culturais, que envolvem mitos, valores e identidade. Sabe-se que a pesca representa um universo masculinizado, no qual são violados direitos socioeconômicos da mulher pescadora. Essa violação de direito resulta numa desvalorização do trabalho feminino na pesca artesanal. A interferência do gênero torna invisível e limita a contribuição das pescadoras na produção pesqueira e na reprodução (MELO e STADTLER, 2011. p. 09).

A pesca artesanal surgiu inicialmente, como necessidade de sobrevivência dos povos primitivos que realizavam a captura do pescado como forma de sobrevivência. Essa atividade é muito antiga e extremamente importante para a segurança alimentar das populações pobres. Os índios foram os primeiros povos a realizar a pesca artesanal no Brasil, e também foram responsáveis por sua difusão e valorização. Essa atividade representa mais de 60 % do peixe que é consumido no país. Contudo, sua importância não está apenas restrita à atividade econômica. A pesca tradicional representa um universo simbólico e cultural importante.

A pesca artesanal caracteriza-se pela simplicidade, pela rusticidade da tecnologia de que se utiliza e pelo baixo custo da produção quando comparada à pesca industrial (TASSARA, 2005). Essa atividade se desenvolve em profunda consonância com a natureza, respeitando seus limites ambientais.

Gehlen (2009, p.213) define a pesca artesanal como:

> [...] aquela onde os pescadores autônomos sozinhos ou me parcerias participam diretamente da captura, usando instrumentais simples. Caracteriza-se pela mão de obra familiar, com embarcações de pequeno porte. Sua área de atuação está de acordo com a espécie a capturar (rede de cerco, emalhe, arrasta simples, arrasto duplo, tarrafa, linha e anzol, armadilhas e outros).

De acordo com Diegues (1973) apud Clauzet et al, (2005, p.1) pescadores artesanais são aqueles que:

> [...] na captura e desembarque de toda classe de espécies aquáticas trabalham sozinhos e/ou utilizam mão de obra familiar ou não assalariada, explorando ambientes ecológicos localizados próximos à costa, pois a embarcação e aparelhagem utilizadas para tal possuem pouca autonomia. “a captura da pesca artesanal é feita através de técnicas de reduzido rendimento relativo e sua produção é total ou parcialmente destinada ao mercado”.

Apesar de sua importância cultural e econômica esse segmento produtivo vem gradativamente sendo esquecido pelos setores responsáveis por seu desenvolvimento. O processo de modernização tecnológica implementado no Brasil nas últimas décadas no setor pesqueiro vem relevando a ausência de política pública especifica para a pesca artesanal. Tal modelo foi difundido, no país, conforme ensina Santos (1994) apud Tauk Santos (2000. p. 292) a partir dos estudos realizados na década de 1960 constituídos pelos postulados teóricos funcionalista de David Berlo, Everret Rogers, Wilbur Schramm, Daniel Lerner, entre outros.

Esses postulados defendidos pelos americanos Daniel Lener e Wilbuer Schramm, a partir de 1964, buscava alcançar o desenvolvimento, especialmente rural, de uma forma mais rápida que o curso normal dos processos históricos. Para isso, acreditava-se ser necessário articular estrategicamente os meio massivos de comunicação a fim de veicularem informações “modernas” aos contextos populares “atrasados” e “tradicionais” para que o desenvolvimento fosse alcançado (CALLOU, TAUK SANTOS, 2013, p. 486). O desenvolvimento é aí compreendido como modernizador.

Essa tendência, tipicamente funcionalista, serviria de lastro ao modelo de difusão de inovações, proposta por Everett Rogers (CALLOU e TAUK SANTOS, 2013. p. 486). Esse modelo influenciaria a pesquisa e a prática da comunicação para o desenvolvimento nos países do terceiro mundo. A extensão rural e a extensão pesqueira, beberam, infelizmente, nessa fonte.

O modelo rogeriano difusionista-inovador, no qual foi desenvolvido no Brasil, pretendia alcançar, sobretudo para o meio agrícola, a possibilidade de uma mudança social nos moldes arquitetados por Lener e Schamm (CALLOU, 1994, p.19).

O objetivo do modelo difusionista-inovador, de acordo com Callou (1994, p. 19) era:

> [...] que na medida em que novas tecnologias agropecuárias (as inovações) fossem incorporadas ao processo produtivo rural, via diferentes estratégias de comunicação, o aumento da produção daí resultante proporcionaria maiores lucros na renda dos agricultores, o que levaria a usufruir de uma condição de vida confortável. A modernização do contexto rural é assim compreendida como desenvolvimento.

A difusão de inovações consiste em persuadir as comunidades rurais a adotarem os “pacotes tecnológicos” com o objetivo de modernizar o campo e aumentar a produtividade. Segundo Wanderley (2009, p.33) ao pequeno proprietário camponês, impossibilitado de assumir a condição empresarial, coube a total exclusão desse processo. O mesmo fenômeno foi observado no setor pesqueiro, onde houve também uma intensa industrialização desse segmento.

Nessa direção, Santos (1994) apud Tauk Santos (2000, p. 292) afirma:

> O Estado, objetivando viabilizar a política modernizadora no campo, importa o modelo difusionista de Wisconsin e Michigan, contando com o apoio de organizações internacionais como a Fundação Ford, a Fundação Rockfeller, a Fundação Kellog, entre outras.

Nesse mesmo pensamento diz Lima e Jesus (2006, p.16):

> [...] o modelo difusionista modernizador de extensão rural, baseado na comunicação persuasiva que se efetua na adoção de pacotes de inovações tecnológicas, onde as pessoas são classificadas como adotantes, adotantes em potencial e não adotantes, percebidas como meros objetos tipicamente repositórios de conhecimentos.

Na visão de alguns estudiosos, a difusão de inovações revelou alguns problemas para a sociedade, como a expulsão do agricultor e da agricultora do campo, devido ao endividamento por parte da adoção de pacotes tecnológicos. Assim, a modernização conservadora, segundo Wanderley (2009, p. 37) que se impôs como um patamar de referência é, pela sua própria natureza, profundamente seletiva e excludente.

Além disso, houve uma intensa degradação ambiental ocasionada pela força destruidora das tecnologias que não respeitaram a biodiversidade. Essa proposta de desenvolvimento rural e pesqueiro protagonizada pelo grande capital financeiro não incluiu em sua agenda as comunidades tradicionais. Essas comunidades foram excluídas do desenvolvimento econômico e social do país. Assim, a pesca e seus agentes sociais, como várias outras atividades econômicas têm vivido variações decorrentes das pressões do capital globalizado (KNOX, 2009, p. 03).

Podemos considera que uma política de extensão rural deve dialogar com os saberes populares na construção de alternativas de desenvolvimento local, mobilizando grupos e instituições na viabilidade das capacidades endógenas Tauk Santos (2008). Porque os processos comunicacionais para o meio rural representam interações entre os saberes populares e o técnico. Nessa direção, a política pública de desenvolvimento local deve corresponder à ação planejada do poder público para a resolução de problemas sociais, econômicos e ambientais que demandam uma maior participação do Estado (DREIBE, 2000 apud CALLOU et al, 2009).

As políticas públicas para esse setor também foram alvo do processo de reestruturação capitalista e modernização do campo. Nesse sentido a pesca artesanal ficou subjugada ao grande capital financeiro e ao hidronegócio, na mesma lógica, as políticas públicas para essas comunidades reproduziram o que foi implementado na economia.

Sobre isso afirma Melo e Stadtler (2011. p. 05):

> Mesmo diante de dados oficiais, que mostram a importância da pesca artesanal para o abastecimento interno do pescado estuarino marinho, percebemos consequências da supremacia do capital sobre o trabalho por meio da pesca industrial e da aquicultura intensiva.

Deste modo, a pesca artesanal fica sujeita pelos processos globalizantes (CANCLINI, 2003) a um *habitus economicus* altamente danoso, um

extrativismo predatório, pressionado pelo alto valor de determinadas espécies no mercado internacional, pela utilização de instrumentos de trabalho forjados dentro desta lógica exploratória e altamente periculosos para os agentes que os utilizam (KNOX, 2009, p. 05).

Para Bourdieu (2002) apud Setton (2002), *habitus* diz respeito às disposições incorporadas pelos sujeitos sociais ao longo de seu processo de socialização; integra experiências passadas, atua como uma matriz de percepções, de apreciações, de ações. O passado da pesca artesanal reflete, nos dias atuais, as duras condições as quais esse segmento foi submetido, uma vez que o *habitus economicus* pensado para a pesca tradicional foi socializado dentro de uma lógica capitalista, exploratória e excludente.

Além disso, a pesca artesanal esconde a situação das mulheres, não revelando sua situação de opressão e desigualdade frente aos homens. A condição de invisibilidade feminina permeia às políticas públicas revelando um abismo histórico entre homens e mulheres, baseada na estrutura patriarcal de opressão e submissão da mulher. “As políticas públicas estão todas estruturadas e fundamentadas nessa categoria. Nesse sentido, as ações e os projetos vão reproduzindo os valores e as ideologias contidos na matriz patriarcal” (LIMA e RODRÍGUEZ, 2010).

A partir da análise das relações de gênero na pesca artesanal, verifica-se que as atividades desenvolvidas pelas mulheres não são reconhecidas e nem valorizadas. A divisão sexual do trabalho é uma realidade pertinente nas discussões e enfoques metodológicos nas pesquisas envolvendo gênero e a divisão sexual do trabalho.

Com isso, é importante analisar a participação feminina nos espaços públicos em direção à construção de direitos e ao processo de empoderamento. A mobilização política dos atores sociais representa melhores condições de vida. Demo (1999) sinaliza que nessa perspectiva a correlação de forças na construção democrática está assentada na participação dos sujeitos sociais. Há de se romper com essa realidade política conservadora e

reacionária e garantir de forma legal o reconhecimento da participação feminino na pesca artesanal.

Nesse sentido, de acordo com (BRYON e GEHLEN, 2004, apud CALLOU et al 2009, p. 218):

> Torna-se imperativo reconhecer os direitos das pescadoras artesanais de ter acesso, de forma equitativa e com sustentabilidade dos ecossistemas, instituindo sistemas de cogestão para pesca artesanal como mecanismo de participação transparente na tomada de decisão. É importante reconhecer o papel desempenhado pelas mulheres na pesca artesanal, onde, além das atividades domiciliares e lutar pela saúde e educação das crianças. Elas trabalham como catadoras, marisqueiras, vendedoras de pesados e seus derivados.

A problemática da participação feminina nas atividades políticas e econômicas, onde a maior parte de seus integrantes é do sexo masculino, revela uma cultura masculinizada e opressora.

Como indicado anteriormente, essa formatação está ligada fundamentalmente aos ecos de um Brasil patriarcal, escravocrata e oligárquico. O termo família-oligárquica passou a referir-se aquela onde dois decidem, mas um manda, o homem em geral. Todas essas formas representam desrespeito de um gênero para com o outro (STADTLER, 2008. p. 04).

Os resquícios dessa forma de dominação, por extensão penetra a vida privada das mulheres. O trabalho feminino está voltado para a educação dos filhos, a criação de pequenos animais, dos cuidados com a saúde da família, das atividades do lar. Além dessas atividades consideradas como trabalho reprodutivo, elas também exercem atividades laborais iguais aos dos homens, porém, sem valor social, como assevera Melo, Lima e Stadtler (2009. p. 01):

> [...] A invisibilidade da participação das pescadoras artesanais no trabalho produtivo e reprodutivo é permeada pela hierarquia dos gêneros reproduzindo relações de poder e desigualdades históricas, socialmente construídas. Conhecer e analisar o significado dos sentidos que as pescadoras, as colônias e o Estado dão ao trabalho realizado por elas e como isto aparece nos agentes e nas instituições de poder.

Deve-se entender que o mundo da pesca artesanal possui uma importância cultural expressiva, no qual a mulher, dentro da comunidade pesqueira, é posta como elemento secundário pelas organizações governamentais e pelos pescadores. A reprodução das desigualdades de gênero se expressa quando as mulheres não são vistas como pescadoras em seu ambiente de trabalho e moradia (MELO e STADTLER, 2011. p. 05).

É importante ressaltar a tentativa das organizações governamentais para melhorar as condições socioeconômicas da pesca artesanal no Brasil, porém estas propostas de melhorias não levam em consideração as reivindicações e a situação das pescadoras.

Conforme afirma Melo e Stadtler (2011, p. 10):

> Os problemas apresentados pelas pescadoras revelam aspectos que podem indicar um descompasso entre o que diz pretender o Estado, através das políticas públicas elaboradas para a pesca artesanal e, o que se apresenta na realidade das mulheres pescadoras. Os problemas se referem principalmente as dificuldades de acesso ao crédito, aos direitos previdenciários e trabalhistas e as condições de trabalho.

Por isso, para que haja avanços, é necessário conceder às mulheres um empoderamento, oportunidades e igualdade; de modo que participem politicamente tal como o homem no processo de desenvolvimento local, de tal forma, que possa assegurar a igualdade e a equidade de gênero. Nesse sentido, as políticas públicas serão mais democráticas se conseguirem se colocar na perspectiva das culturas populares, a partir do reconhecimento dos sujeitos, seus direitos, necessidades materiais e aspirações (MEDEIROS; BENITEZ apud CALLOU et al, 2009, p.14).

A elaboração dos ideais ao desenvolvimento local aponta a pertinência, substancial, da participação dos gêneros na construção de melhores condições de vida e trabalho. Para atuar de acordo com essas características Pires (2008. p. 128) defende que se torna fundamental a flexibilização das instituições e dos atores do território para que conquistem o protagonismo das ações de desenvolvimento local.

As conquistas, por parte das mulheres pescadoras, no sentido do desenvolvimento local devem ser estruturadas por articulações do poder público e pela participação dos seus interessados, no sentido de fomentar estratégias especificas para as pescadoras nos espaços públicos e privados. É nesse sentido que Stadtler (2008, p.01) realiza sua crítica, afirmando que as Políticas Públicas não consideram suas especificidades enquanto mulheres, trabalhadoras e donas-de-casa, que vivem da pesca e lutam para ter acesso às colônias, ao crédito e para reconhecimento dos direitos trabalhistas e previdenciários.

A questão a ser levantada nesse espaço envolve vários fatores importantes para a compreensão do nosso objeto de estudo. Como foram mencionadas acima, as mulheres na pesca tradicional são importantes atores sociais, porém com pouca visibilidade política dentro quadro exposto. A desigualdade de gênero visível na sociedade moderna capitalista também se insere na vida social, política e econômica da pesca tradicional. Uma dessas consequências é a baixa inserção política nas tomadas de decisões nas colônias de pesca artesanal e a desvalorização do trabalho feminino no processo produtivo local.

As políticas públicas desenvolvidas para esse segmento não correspondem à realidade vivenciada pelas mulheres pescadoras. Isso representa uma violência para a mulher que não é atendida nem respeitada pelos órgãos públicos que deveriam por lei, garantir seus direitos.

Tendo em vista a invisibilidade da mulher na pesca artesanal, torna-se pertinente questionar: *como se dá a participação das pescadoras do Município de Rio Formoso - PE na construção de políticas públicas para o desenvolvimento local?*

CAPÍTULO 2

REFERENCIAL TEÓRICO: A PARTICIPAÇÃO POPULAR COMO FORMA DE CONQUISTA SOCIAL.

Durante a década de 1980 no Brasil, ocorreram várias transformações políticas, econômicas e sociais, refletidas na luta pela democratização do país, em oposição ao regime militar instaurado na década de 1960, esse momento político ficou conhecido como redemocratização. Os esforços a consolidação da democracia e afirmação da cidadania, por meio da conquista e efetivação dos direitos políticos e civis, caracterizando-se pela ampliação de formas de organização social e pela maior participação da população, especialmente de seus segmentos organizados, nos processos de decisão.

A relação democrática que se construiu no Brasil a partir da década de 1980, entre Estado e Sociedade civil, possibilita ao cidadão atuar nos espaços institucionais, para buscar através da participação a melhoria na qualidade de vida.

A instauração do processo democrático se dá concomitantemente à construção da cidadania, ou seja, é necessário estabelecer direitos e definir políticas universalistas que assegurem a efetivação dos direitos conquistados (GUERRA, 1999, p.07).

Portanto, a participação é um importante instrumento para o crescimento da consciência crítica das pessoas, e fortalece seu poder de reivindicação no âmbito civil, político e social. “[...] a participação é o próprio processo de criação do homem ao pensar e agir sobre os desafios da natureza e sobre os desafios sociais, nos quais ele próprio está situado” (SOUZA, 2000, p. 82). Sendo assim, a participação não é apenas está presente, ou seja, se fazer presente em reuniões, conselhos, fóruns, mas é acima de tudo um processo contínuo e permanente de luta e reivindicação para consolidação dos direitos, sejam políticos, econômicos, sociais e até culturais.

Para Texeira (2001) a participação significa “fazer parte”, “tomar parte”, “ser parte” de um ato ou processo, de uma atividade pública, de ações coletivas, e entendê-la é perceber a interação contínua entre os diversos atores sociais, o Estado, outras instituições políticas e a sociedade civil. Porém, para que se concretize a participação, é necessário que o homem crie uma vontade e /ou motivação de fazer parte de um grupo, atividade, projeto ou de um movimento.

Todavia, o conceito de participação também pode ser entendido como uma conquista processual da autopromoção, onde a sociedade civil busca a aquisição de direitos, proporcionando assim a formação de uma consciência crítica, envolvimento e compromisso (grifos nossos). A partir dos anos 1990, a sociedade civil torna-se mais ativa, devido ao fim do regime ditatorial e início da democratização do país, entre outras coisas, a ineficiência do Estado em atender as demandas sociais, envolvendo-se nas novas formas e contornos políticos, por conta do agravamento dos problemas sociais existentes nessa época.

Ainda neste período, a participação da sociedade organizada no planejamento e execução das políticas públicas no Brasil provocou uma tensão nas agências estatais, tornando-as mais transparentes, responsáveis e suscetíveis ao controle social. Com isso, os mecanismos de participação obrigam o Estado a negociar suas propostas com outros grupos sociais, colocando em cheque os interesses públicos e os da sociedade civil.

[...] A participação supõe compromisso envolvimento, presença em ações por vezes arriscadas e até temerárias, Por ser processo, não pode também ser totalmente controlada, pois já não seria participativa a participação tutelada [...] (DEMO, 1996, p. 19-20).

Segundo Bordenave (1995), a participação possui alguns princípios, referentes ao processo histórico de construção de uma sociedade democrática participativa. Tais princípios são: a participação é uma necessidade humana e, por conseguinte, constitui um direito das pessoas; é um processo de desenvolvimento da consciência crítica e da aquisição do poder, mas pode levar a apropriação do desenvolvimento pelo povo; é algo que se aprende e aperfeiçoa; pode ser provocada e organizada, sem que isto signifique necessariamente manipulação, porém pode ser facilitada se organizada; facilita a criação de fluxo de comunicação, podendo resolver conflitos, mas também podendo gerá-los.

O objetivo principal da participação, é que a mesma seja considerada um método ou caminho que utilizamos para alcançar certos objetivos (interesses). Sendo possível a concretização desses interesses pela

sociedade, através da predominância do exercício da democracia e da cidadania, contra o controle e a monopolização do poder.

Desta maneira, a forma de desenvolver a participação e desempenhar a prática democrática, fundamental à descentralização do poder e vital para o processo participativo, possibilita uma maior interação da comunidade nos processos políticos. Segundo Demo (1996) é através do exercício da prática democrática que nasce a condição essencial ao processo participativo. Assim, aprendemos a eleger, a destituir escolher, opinar e intervir junto ao Estado.

A consolidação dos direitos socialmente construídos perante a lei, conquistada pela participação coletiva, são os direitos não fornecidos pelo Estado, mas conquistados através do exercício da democracia participativa, exercendo a cidadania. “A cidadania pressupõe o Estado de direito e igualdade de todos perante a Lei e do reconhecimento da pessoa humana, onde são detentores inalienáveis de direitos e deveres” (DEMO, 1996, p. 70).

Portanto, cabe ao cidadão o envolvimento, a participação real, e a presença nas decisões de questões de seus interesses, São importantes a sua presença em assembleia de votação, plebiscitos e nas negociações, para se concretizar a condição de cidadão participante diante do poder político.

Para atender a essas necessidades impostas pelo regime democrático é importante uma mudança nas práticas socioeconômicas. Não se pode pensar em novos paradigmas políticos ou sociais sem antes levarmos em conta o desenvolvimento econômico. O fator produtivo é essencial na compreensão dos fenômenos atuais. Por esse motivo faz-se necessário uma mudança de paradigma econômico que leve em consideração os fatores endógenos e a participação de seus atores sociais na busca de uma sociedade mais justa e igualitária.

Na busca de uma alternativa ao desenvolvimento atual, que provou sua ineficácia em harmonizar interesses sustentáveis e monetários, surge a necessidade da implementação de um paradigma de desenvolvimento, que consiga conciliar a tensão existente entre crescimento econômico, aumento populacional, grande avanço tecnológico e a necessidade de conservar a natureza (CARNEIRO; JESUS apud LIMA, p. 207, 2012).

O desenvolvimento econômico contemporâneo repousa em uma estrutura baseada no capital no qual seu maior objetivo e conservá-lo e ampliá-lo. Esse modelo de produção e consumo nos leva a pensar em mudar o modo de vida que não está satisfazendo as necessidades de uma pessoa, de uma família, de uma comunidade, de uma cidade, de um país (CARNEIRO; JESUS apud LIMA, p. 207, 2012).

Ao pensamos nessa direção e em novas possibilidades de convivência surge a perspectiva do desenvolvimento local.

Segundo De Jesus, (2003, p.72), desenvolvimento local:

> Trata-se de um esforço localizado e concertado, isto é, são lideranças, instituições, empresas e habitantes de um determinado lugar que se articulam com vistas a encontrar atividades que favoreçam mudanças nas condições de produção e comercialização de bens e serviços, de forma a proporcionar melhores condições de vida aos cidadãos e cidadãs, partindo da valorização e ativação das potencialidades e efetivos recursos locais.

Para Tauk Santos (2010, p.122) o desenvolvimento local envolve um complexo de fatores entre eles: desenvolvimento humano, renda, preservação ambiental, entre outros, necessitando que haja uma profunda mudança social para ser construído. Todos esses fatores são importantes para a organização socioeconômica das sociedades, porém é indispensável à participação ativa e reflexiva desses atores sociais no processo de transformação.

O desenvolvimento local ocorrerá, efetivamente, a partir do momento que o sujeito tome consciência da importância da sua história e da capacidade de poder influenciar o seu entorno, ao desvelar as suas capacidades, competências e habilidades de se organizar a partir das suas limitações geofísicas (CASTILHO, 2009).

Em oposição ao desenvolvimento predatório e excludente surge a possibilidade de um desenvolvimento que inclui e valoriza a diversidade cultual. Que respeita o papel social desempenhado pelos indivíduos locais e contribui bastante para minimizar as diferenças entre homens e mulheres. Não se pode pensar em desenvolvimento local sem, antes, levar em consideração o papel da mulher na atividade política e produtiva das localidades.

Sobre esse assunto, autores como Jara (1998), Franco (2001) e Buarque (2002), trazem abordagens parecidas e que se complementam, facilitando assim o entendimento da temática e da estratégia quando estudamos o assunto.

Segundo Jara (1998, p. 72) “O desenvolvimento local apresenta uma abordagem integral e integradora nas dimensões econômicas, sociais, políticas, e técnicas”, e o que deixa evidente que não se trata apenas de um fenômeno puramente econômico, mas também e principalmente de uma “mudança de cultura e de relacionamento social e institucional”.

Franco (2001, p. 30 e 36), corroborando com Jara nessa mesma direção, afirma que “o desenvolvimento tem muitas dimensões: econômica, social, cultural, ambiental, físico-territorial, político-institucional e científico tecnológico, que mantém umas em relação às outras, relativo grau de autonomia”. Afirma ainda que o desenvolvimento significa “melhora a vida das pessoas (desenvolvimento humano) de todas as pessoas (desenvolvimento social), das que estão vivas hoje e das que viverão amanhã (desenvolvimento sustentável)”.

Com relação às outras ações, Buarque (2002, p. 26) enfoca o desenvolvimento local sob a ótica de “resultados de múltiplas ações convergentes e complementares” desde que estas sejam capazes “de quebrar a dependência e a inercia do subdesenvolvimento e do atraso em localidades periféricas e de promover uma mudança social no território”.

Assim, temos o local como o espaço onde encontramos a cooperação e o conflito se constituído em um terreno onde as identidades e vínculos se reconstroem, onde temos as reconfigurações sócio produtivas e gestação de novas esferas públicas, logo se confirmando num campo em que se faz necessária a obtenção de respostas (ASCELRAD. 2002).

O desenvolvimento local de uma comunidade está atrelado aos costumes, identidades, padrões culturais e principalmente aos seus potenciais endógenos. Nesta perspectiva a pesca artesanal apresenta as características que a identifica como uma atividade profissional que possui história e

identidade própria, e que tem como obrigação a proteção aos recursos naturais.

Segundo Castilho (2009) o desenvolvimento local é entendido como um processo de transformação, que envolve o ser humano como principal beneficiário dessa mudança, em uma perspectiva de melhoria da qualidade de vida de uma coletividade ou grupo de pessoas que fazem parte de um sistema comunitário. O desenvolvimento local não passa apenas pelo desenvolvimento econômico – produtivo, depende essencialmente da estrutura e reprodução de valore que definem a cultura organizacional, da informação e do empoderamento (JARA, 1998, p. 71).

Todos esses aspectos são importantes para a organização socioeconômica das comunidades, porém o empoderamento torna-se primordial para que os atores locais se sintam capazes para a construção de um desenvolvimento local com ênfase na sustentabilidade.

Entendemos a importância do desenvolvimento local como mecanismo de transformação sociocultural e econômico de uma comunidade. Essas transformações podem ser consideradas como o alicerce estrutural para o seu crescimento enquanto comunidade tradicional e geradora de riqueza material e simbólica.

Para que haja o desenvolvimento de uma comunidade é necessária à valorização territorial, e isso precisa muitas vezes da intervenção estatal no direcionamento de políticas públicas e leis que apoiem o segmento. É a partir dessas políticas de valorização ao território que começam a surgir às potencialidades endógenas locais na construção de uma vida mais digna.

Nessa perspectiva a noção de desenvolvimento não só abriga a evolução quantitativa da reprodução da riqueza material, mas também as possibilidades de sua melhor distribuição (SOMEKH, 2010, p. 18). É importante ressaltar, que grandes partes das comunidades tradicionais de pesca artesanal lutam pela efetivação de políticas públicas que valorizem o desenvolvimento local e sustentável. Pensar em uma política pública que incentive o reconhecimento dos potenciais endógenos é entender o protagonismo dos atores sociais nas suas interações como o meio ambiente e consigo mesmos.

As políticas públicas para a pesca artesanal não considera as características das comunidades tradicionais. Esse cenário ganha forma na medida em que o Estado não representa os anseios e as necessidades desse segmento produtivo. A pesca tradicional ficou sub julgada aos parâmetros estabelecidos pela política econômica capitalista. Essa política econômica visa e patrocina, especialmente, os grandes empreendimentos financeiros voltados para a pesca industrial.

Embora cientes da importância cultural e produtiva da pesca artesanal brasileira, podemos encontrar alguns problemas sociais e econômicos que estão presentes em seu ordenamento. Há ainda uma lacuna em termos de investimentos institucionais para melhoria da atividade, como por exemplo: microcréditos, capacitação profissional e projetos de escolarização. Organização produtiva para a valorização e comercialização do pescado, agilidade no registro de pescador, intensidade da degradação ambiental, condições de trabalho e equidade de gênero.

Vale ressaltar que com a implementação do Ministério da Pesca e Aquicultura em 2009, extinguindo a SEAP, o discurso governamental se desenvolve no sentido de reafirmar o compromisso coma incorporação da perspectiva de investimentos de políticas públicas sob sua responsabilidade. As políticas públicas visam responder a demanda, principalmente, dos setores marginalizados da sociedade, considerados como vulneráveis. Essas demandas são interpretadas por aqueles que ocupam o poder, mas influenciadas por uma agenda que se cria na sociedade civil através da pressão e da mobilidade social (TEXEIRA, 2002, p.12).

Para entender as Políticas Públicas elaboradas e difundidas pelo MPA, é válido, mas não suficiente, conferir o texto base da 3ª Conferência Nacional de Aquicultura e Pesca (2009, p.03), quando afirma que:

> A criação do Ministério da Pesca e Aquicultura, em 2009, com autonomia jurídica, administrativa, financeira e quadro de pessoal próprio, representa o desdobramento e os avanços conseguidos pelo fortalecimento das políticas públicas nestas áreas, por meio dos programas e ações desenvolvidas pela SEAP/PR, pautadas no desenvolvimento dos setores de pesca e aquicultura de forma sustentável, avaliando estruturas ao fortalecimento da aquicultura.

Não se pode mencionar *desenvolvimento sustentável*, sem a preocupação de se considerar o desenvolvimento da própria territorialidade, pois é a partir dela que valores econômicos, sociais, e culturais foram construídos e necessitam da valorização e de políticas públicas que venham contribuir efetivamente para o desenvolvimento local sustentável das comunidades pesqueiras.

Neste sentido, as políticas públicas constituem importante instrumento da ação governamental no intuito de direcionar esforços para o desenvolvimento de um determinado setor econômico, social e territorial (CARVALHO, 2007, p.21).

Dessa forma é importante enfatizar que as mesmas devem estar presentes e efetivadas em um plano horizontal e não devem ser institucionalizadas hierarquicamente, com isso camadas sociais e grupos sociais são atingidos e contemplados e não apenas meramente discursadas.

Nas concepções de Teixeira (2002, p.01) as *políticas públicas* são:

> [...] diretrizes, princípios norteadores de ações do poder público, regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado. São, nesse caso, as políticas explicitadas, sistematizadas ou formuladas em documentos (leis, programas, linhas de financiamentos) em orientam ações que normalmente envolvem aplicações de recursos públicos. Nem sempre, porém há compatibilidade entre as intervenções e declarações de vontade e as ações desenvolvidas. Devem ser consideradas também as "não-ações", as omissões, como formas de manifestações de políticas, pois representam opções e orientações dos que ocupam cargos [...]

Com reforço, Coelho (1999) enfatiza que é importante analisar as relações entre Estado e as Políticas Públicas considerando que:

> [...] o Estado é produto de uma relação de forças, sendo perpassada e é dividido pelas contradições de gênero, raça/etnia entre outras. As políticas públicas são vistas como resultados contingentes destas contradições geradas pelas relações das forças que ocorrem no interior do Estado.

Atualmente o que se encontra na pesca artesanal é um discurso governamental que se revela contraditório. As Políticas Públicas que são

discutidas e construídas nas conferências estaduais, regionais e nacionais para a pesca artesanal levam pouco em consideração o local em que pescadores e pescadoras estão inseridos, centrando só em técnicas aquícolas ou renda.

A valorização da identidade e da cultura, a organização produtiva, a sustentabilidade e principalmente a efetiva participação de seus membros nas deliberações de classe estão ameaçadas. Esses programas de políticas públicas tentam reproduzir uma lógica formal de trabalho assalariado que não condiz com a realidade produtiva e cultural da pesca tradicional.

De acordo com Woodward (2000) a cultura molda a identidade ao dar sentido à experiência e às escolhas identitárias. Os sistemas simbólicos fornecem novas formas para dar sentido à experiência das desigualdades sociais, marcando o encontro de nosso passado com as relações sociais, culturais e econômicas nas quais vivemos os dias atuais. A contestação no presente busca justificar a criação de identidades nacionais evocando origens, mitologias e fronteiras do passado.

É válido ressaltar que o desenvolvimento local de uma comunidade tradicional deve ser atrelado a sua identidade, aos recursos socioeconômicos e principalmente a valorização do ser como agente local de mudança. Para Jara (1998, p.305), quando nos referimos ao desenvolvimento de uma comunidade é necessário fazer um elo entre espaço-sociedade-poder-cultura. O mesmo afirma que o território, as fronteiras espaciais se expressam como *locus* simbólico, ou seja, o lugar onde se manifestam as diversas formas de vida. A territorialidade decorre da identidade, na medida em que as comunidades vivem culturalmente uma relação histórica, uma consciência que as define em termos de como se imaginam e se percebem. Dessa forma toda comunidade, toda etnia, toda nação se objetiva em um determinado território.

Nesse sentido o desenvolvimento humano e social decorre da formação de competências locais. Esta compreensão, como nos mostra Capra, citado por Jara (2003, p.07), “não se sustenta pela competição ou pelo conflito, mas através da cooperação, das parcerias, das horizontalidades e da formação de redes”.

Mesmo tendo a clareza de que “a abordagem de empoderamento não pode ser neutra nem ter aversão aos conflitos e a seus desdobramentos” (ROMANO, 2002, p.2). Com a perspectiva do enfoque de competências citado em Jara (2002, p.2), na linha do empoderamento como condição para a garantia da sustentabilidade quando nos informa que precisamos ser, entre outros aspectos, “capazes de valorizar e vivenciar os elementos intangíveis inerentes à sociabilidade confiante” e o “empoderamento das pessoas e organizações”.

Prosseguindo com o pensamento de Jara (1998) uma sociedade sustentável é resultante de transformações sociais, de mudanças cognitivas que somadas a possibilidades de acesso aos recursos, oportunidades, capacidades e informações, opera num sistema cujos atores sociais locais decididamente influenciam na tomada de decisões, sendo cidadãos ativos, condução de seu próprio destino. Dessa forma, tem-se o empoderamento no sentido real e amplo, porque passividade, antes de significar falta de ação pode significar também falta de poder. E nesse sentido, torna-se fundamental despertar a energia cognitiva tratada por Jara (1998, p.309):

> [...] não estamos falando de energias políticas, individuais e coletivas, para subordinar e excluir. Não estamos falando de poder para estabelecer e manter relacionamentos, injustos e desiguais. Estamos falando de um enorme potencial energético adormecido, invisível, espiritual, inexplorável e indispensável para ativar e sustentar as transformações. Estamos falando de poder compartilhado, de forças espirituais, de política subjetiva, de uma dimensão secreta, como a torcida de futebol, como o frevo pernambucano, capaz de mobilizar massas inteiras.

Portando, se faz necessário valorizar o mundo da pesca artesanal e revelar seu potencial produtivo e cultural dentro de uma lógica democrática e participativa. Essa energia política ensinada por Jara (1998) está na ordem do dia. Ela revela para nós um novo cenário que se abre e se expande a cada momento. Esse processo caminha em direção ao novo e ao desconhecido, porém à proporção que se mostra ensina-nos que é através dela que podemos garantir nossos direitos. A mulher pescadora também se mobiliza a nível

politico e econômico procurando sempre guarda seus direitos, apesar de todas as dificuldades imposta a essa categoria produtiva.

Por isso é essencial analisar as atividades das mulheres nos espaços de discussões políticas, tais como reuniões na colônia, deliberações de projetos e ideias para a pesca artesanal, e também nos espaços domésticos, tais como cuidar dos filhos, manter a casa e pescar para o consumo das famílias. São elas que, mais que os homens, enfrentam cotidianamente as dificuldades da vida em terra. Por isso, ensina Santana (2003), “elas têm mais condições de levantar importantes questões relacionadas com a qualidade de vida e de inseri-las na agenda das organizações profissionais de pescadores”.

CAPÍTULO 3

ANÁLISE DA PARTICIPAÇÃO DAS PESCADORAS NA CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL: UM ESTUDO DE CASO

Este capítulo é constituído pela análise do campo de pesquisa, onde utilizaremos os dados das pesquisas documentais, a observação direta e as entrevistas semiestruturadas, estas envolvendo as pescadoras, técnicos dos órgãos estaduais, alguns pescadores e representantes da colônia da comunidade pesqueira de Rio Formoso.

No primeiro momento, apresentaremos os aspectos gerais do Município onde está localizada a comunidade pesqueira, e em seguida o local de estudo.

Em um segundo momento, apresentaremos os dados das pesquisas documentais que obtivemos junto ao Ministério da Pesca e Aquicultura, no que diz respeito aos registros de pescadoras junto à instituição e a implementação de políticas públicas para a mulher pescadora e sua relação na construção dessas políticas.

E por último, iremos nos debruçarmos nos projetos efetivados na colônia de pescadores e relacioná-los à participação das mulheres pescadoras em sua construção. Descrevemos, nesse espaço, os três principais Projetos realizados na colônia. Esse processo foi realizado de forma crítica e baseado nos objetivos específicos elencados em nosso itinerário metodológico. Esses projetos foram analisados conforme os dados encontrados no campo de pesquisa juntamente com os resultados obtidos após sua efetivação na comunidade pesqueira em estudo.

3.1 MUNICÍPIO DE RIO FORMOSO: ASPECTOS GERAIS

Rio Formoso se fez presente na história do país com participação importante na Resistência à Invasão Holandesa. O município foi palco da histórica Batalha do Reduto (século XVII), Guerra dos Mascates (XVIII) e da campanha pela Abolição da Escravatura (XIX). Administrativamente, a cidade é formada pelos distritos sede e Cocaú.

A origem do nome do município vem do curso d’água que emoldura a região. Os índios tupis se referiam ao importante rio como *lobugussu*, ou seja, grande rio verde. Por isso o município começou a ser chamado de Rio Formoso. Pertencente à micro região da mata meridional do Estado de

Pernambuco e está localizado ao sul do litoral pernambucano, aproximadamente a 92 km da Capital Recife. Seus limites geográficos são: ao norte com Sirinhaém, ao sul com Tamandaré, a leste com Tamandaré e a oeste com Gameleira.

De acordo com dados do IBGE (2010) o Município de Rio Formoso possui uma população de 22.151 habitantes distribuídas em uma área de 227 $km^{2,}$ a cidade está localizada em uma região de mata atlântica e sua principal atividade econômica é o setor de serviços seguida da indústria, este dois setores representam a base da economia da cidade. A agropecuária situa-se em terceiro lugar com uma receita anual de 13.907 mil reais em 2010.

Conhecida como uma das cidades mais tranquilas do litoral pernambucano, possui diversos atrativos naturais e um clima agradável. Costuma receber um bom número de turistas durante a alta temporada, mas ainda não é tão voltada para o turismo como outras cidades do estado. A praia dos Carneiros é o local mais procurado pelos visitantes.

A economia dessa comunidade está dividida entre o comércio, a pesca artesanal e a agricultura. Esses dois últimos, os produtos são comercializados no mercado público, nas ruas da cidade ou são encomendados pelos comerciantes donos de bares e restaurantes da cidade.

Os homens dessa comunidade trabalham na pesca artesanal ou no transporte de turistas que visitam as praias da cidade. As mulheres dividem-se entre as atividades domesticas e na captura do marisco, do aratu, do caranguejo e de outros crustáceos tipos de áreas de mangue. Porém, nos momentos em que a atividade pesqueira não está em alta, elas realizam outras atividades para complementar a renda, conforme explica a pescadora:

> Quando a maré está baixa a gente tem que se vira. Eu faço faxina. (Pescadora 2)

Os homens pescadores se lançam ao mar e realizam a pesca com o auxílio de embarcações, tarrafas, redes e anzol. Poucas mulheres realizam a captura do peixe em alto mar, conforme o relato abaixo:

> Não vou pra o mar, não tenho força. Tenho medo! Isso quem faz mais são os homens. A gente fica mais nos mangues. (Pescadora 1)

Há uma clara divisão de papeis nas relações estabelecidas entre pescadores e pescadoras. Não existe nem um impedimento legal para as mulheres se lançarem ao mar, mas isso ainda fica restrito aos homens como um sinal de força e posição social dentro do grupo. Contudo, vale ressaltar também que algumas mulheres realizam a pesca no mar, indo assim, de encontro a cultua e os costumes da pesca tradicional.

Na pesca, um universo denominado de “masculino”, a relação de gênero reproduz as relações sociais de subordinação, semelhante a outras instâncias da sociedade (SANTANA, 2003, p.05). Apesar das mulheres desenvolverem múltiplas tarefas, o trabalho feminino é invisibilizado e considerado de menor relevância para o grupo a que pertence.

Além de realizar várias atividades dentro do grupo social a qual pertence, a mulher possui uma importância social, econômica e ambiental. Elas detêm um conhecimento tradicional sobre seu ambiente que ajuda a preserva-lo, principalmente em cidades que não possuem um monitoramento efetivo dos órgãos públicos. Segundo Woortmam (1992), à mulher cabe a socialização através da aprendizagem de saberes ligados ao trato com o pescado e aos cuidados da casa. Nessa perspectiva, a relação mulher, gênero, meio ambiente e desenvolvimento local é muito estreita (SANTANA, 2003, p.6).

Dentro da comunidade pesqueira não foram encontradas escolas ou postos de saúde para atender esse grupo específico. Os interessados devem se deslocar para o centro da cidade para obter os serviços básicos de saúde educação.

Na segunda visita realizada ao campo de pesquisa foram observadas várias patologias típicas dessa atividade produtiva. As doenças são causadas pela exposição na quais homens e mulheres se submetem no seu ambiente de trabalho. A prefeitura municipal de Rio Formoso realizou obras de saneamento básico nas áreas entorno da comunidade, porém o que se observou foi o descarte de esgoto sem tratamento adequado no ambiente de trabalho da comunidade. Essas são as causa da maioria das doenças provocadas pelo trabalho nos mangues (pescadoras) e no mar (pescadores).

Vale destacar também que o crescimento econômico dos últimos anos nessa região litorânea está prejudicando de forma significativa a produção de peixe na comunidade pesqueira em análise. Rio Formoso, que faz parte da região litorânea sul do Estado de Pernambuco, próximo à cidade de Ipojuca, que aglutina o Polo de Suape (constituído do Porto, da Refinaria Abreu e Lima e do estaleiro Atlântico Sul) está na rota da poluição ambiental decorrente das especulações imobiliárias e dos novos empreendimentos instalados nesse espaço.

Em entrevista com a presidente da colônia de Rio Formoso a senhora Cícera Estevão Barbosa, denuncia a seguinte situação:

> O crescimento do emprego, gerado por Suape, e tão publicitado pelo governo e pela mídia, na realidade está gerando, por outro lado, o fim do emprego para os pescadores e pescadoras que sobrevivem da pesca artesanal. (Cícera Estevão Barbosa).

Segundo ela, estão acabando com os mangues da região, a carcinicultura (criação de camarões em viveiros) está destruindo os manguezais e poluindo a água e a terra daquela área, pois a carcinicultura utiliza veneno -antibióticos e pesticidas- que acaba com a vida animal, mineral e vegetal daquele ecossistema.

Imagem 01. Hidronegócio na colônia de pescadores – criação de camarão dentro da comunidade.

Fonte: Autor/2013

Cícera lembrou que mais de 60% da pesca realizada no país é feita pela pesca artesanal, que extraí uma diversidade de frutos do mar para as mesas das pessoas, como os moluscos, os crustáceos e os próprios peixes, e que o dito progresso de Suape está prejudicando aquela atividade e matando a vida marinha. Essa situação não só comprova como também evidencia os problemas de saúde e de baixa produção pesqueira na comunidade.

3.2 COMUNIDADE PESQUEIRA DE RIO FORMOSO: TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE.

A importância do território para o/a pescador/a é algo que vai além do espaço físico. É a identidade, o reconhecimento e pertencimento de uma atividade que se tornou mitológica no que concernem os valores e a sabedoria que aquele espaço representa na vida de cada trabalhador e trabalhadora que encontram nos mangues e nos mares o seu meio de subsistência.

Respeitar o território é acima tudo contribuir para a história de um povo e de uma comunidade que se construiu e se desenvolveu pela persistência de se manter viva a identidade do/a pescador/a artesanal.

Quando associamos outros elementos ao conceito de território, entramos em uma dimensão mais complexa e subjetiva do espaço territorial. A territorialidade, por sua vez, é entendida como um conjunto de elementos

concretos e subjetivos que dá forma ao sentimento de pertencimento dos sujeitos aquele espaço.

Para entendermos a concepção de territorialidade, vamos primeiramente recorrer a Andrade, que a conceitua como identificação e reconhecimento do espaço pela pessoa ou grupo que o habita, isto é, “A formação de um território dá às pessoas que nele habitam a consciência de sua participação, provocando o sentimento da territorialidade” (1993, p. 214).

Destacamos que Souza, ao desenvolver uma fundamentação teórica de territorialidade e visando expandir suas conotações, entende que essa qualidade-subjetividade do processo territorial encontra-se muito próxima da colocação anterior, pois defende que é:

> Um campo de forças, uma teia ou rede de relações sociais que, a par de sua complexidade interna, define entre ‘nós’ (o grupo, os membros da coletividade ou ‘comunidade’, os insiders) e os ‘outros’ (os de fora, os estranhos, os outsiders) (SOUZA, 1995, p. 86).

Nesse sentido, Souza caracteriza o pertencimento a certa coletividade existencial, pois ao estabelecer os “de dentro” e os “de fora”, deixa claro as diferenças de ocupabilidade e pertencimento dos vários grupos e seus espaços sociais.

Prosseguindo na análise, ressalvamos que Haesbaert por sua vez tem a seguinte definição de territorialidade:

> Além de incorporar uma dimensão estritamente política, diz respeito também as relações econômicas e culturais, pois está intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significados ao lugar (HAESBAERT, 2005).

Desta maneira evidencia-se que as definições de territorialidade trabalhadas pelos autores acima citados apresentam um elo comum nas suas concepções no que se refere ao processo de apropriação pautado no sentimento de pertencimento desenvolvido pelas pessoas em relação ao

território, constituindo-se na “imaterialidade” ou como diz Haesbaert, no “significado” que é dado ao lugar.

Também Santos e Silveira ressaltam essa posição sobre a territorialidade como sentimento de pertencimento:

> o sentido da palavra territorialidade, como sinônimo de pertencer àquilo que nos pertence [...] esse sentimento de exclusividade e limite ultrapassa a raça humana e prescinde da existência do Estado. Assim, essa ideia de territorialidade se estende aos próprios animais, como sinônimo de área de vivência e reprodução (2002, p.19).

Essa relação histórica entre homem e território ultrapassa os limites geográficos e físicos, aqui estamos falando de algo transcendental que envolve sentimentos, dignidade e história. A territorialidade liga o homem ao espaço físico ao qual pertence de tal forma que não haveria como dissociá-lo desse universo, uma vez que os dois ocupam a mesma posição dentro do ambiente. Contudo, a essência do pertencimento, citado pelos autores acima, está em processo de desaparecimento, isto é, o crescimento econômico desenfreado não reconhece esse espaço como um ambiente histórico e cultural.

Ramalho (2006, p.29) definiu bem essas características quando ressalta que:

> A pesca artesanal não pode ser vista tão somente como consequência de sua interação com o ambiente e o modo como os seres humanos se organizam para se apropriar do espaço natural, já que essa atividade assume configurações diante de seu contato e inserção no confronto do sistema econômico dominante, que em muitos casos interfere no ambiente de produção pesqueiro como fruto do desenvolvimento histórico do capitalismo.

Mesmo considerando este espaço como um espaço cultural e biodiversificado, a situação dos territórios pesqueiros são preocupantes, pois alguns aspectos negativos vêm contribuindo para a destruição desses ambientes. O sistema capitalista vem modificando os territórios pesqueiros, por meio de das especulações imobiliárias das localidades litorâneas que levam a

urbanização e ao desmatamento do ecossistema de manguezal e pela industrialização de tais regiões (RAMALHO, 2006, p.30).

Imagem 02. Privê localizado às margens da Praia dos Carneiros.

Fonte: Autor/2014

O Território Pesqueiro de Rio Formoso vem enfrentando essas dificuldades expostas acima, com o crescimento desenfreado do Polo Industrial de Suape, alguns territórios que estão localizados no Litoral Sul de Pernambuco, como é o caso do município de Rio Formoso, sofreram grandes impactos com a implantação do referido Polo.

Com visitas realizadas ao campo de estudo, foi possível verificar as consequências que a instalação desse Polo causou no território pesqueiro de Rio Formoso, segundo informações das pescadoras, depois do crescimento do mesmo, houve a escassez de alguns crustáceos e mariscos. E o mais assustador é que as mesmas encontravam-nos já mortos, indicando que esses tiveram contatos com produtos químicos. Dessa forma, algumas mulheres começaram a abandonar a pesca artesanal e seguir em outras atividades, como vendedoras, diaristas e agricultoras.

Como afirma uma pescadora:

> “Antes aqui, se tinha muito pescado, a gente pegava de balde, hoje depois desse do crescimento desse Polo de Suape, a coisa ficou ruim, tem muitas pescadoras que não querem mais pescar, pois acham que não vão pegar muita coisa (pescadora 4).

Ainda assim, com todas essas dificuldades ainda é possível encontrar mulheres catando marisco, e falando da importância da preservação do território pesqueiro para a vida delas.

> “Esse lugar tem história, meu pai foi pescador e minha mãe também, desde pequena eu ia pescar com eles e hoje continuo pescando com meu marido e já estou levando meus filhos, mesmo com essas dificuldades que a gente vem passando não quero que a pesca acabe na nossa cidade, pois seria muito ruim para a gente, meu sustento sai dessa atividade, e tenho muito orgulho de ser pescadora” (pescadora 6).

De acordo com Diegues (1995) o uso desordenado das áreas litorâneas causa um impacto negativo e muitas vezes irreversível ao meio ambiente costeiro e à vida dos pescadores. Outra situação que encontramos na comunidade pesqueira de Rio Formoso foi a negligência da Companhia Pernambucana de Saneamento-COMPESA, junto a Sua Estação de Tratamento de Esgoto - ETE, observamos que os esgotos são descartados no manguezal que cobre o território pesqueiro de Rio Formoso e onde já se pode vê a biodiversidade sendo esmagada pelo desenfreado crescimento industrial e imobiliário. A imagem abaixo apresenta esta situação.

Imagem 03. Poluição ambiental na comunidade pesqueira

Fonte: Autor/2013

Diante do exposto, Carvalho (2010) enfatiza que os povos de comunidades tradicionais estão enfrentando fortes conflitos socioambientais. Há forte resistência de diversos setores econômicos que estão disputando os

territórios tradicionais e o Estado resiste em legitimar o direito e a identidade das comunidades tradicionais.

A incipiência das politicas públicas que envolvem desenvolvimento local provoca uma perda territorial expressiva na localidade estudada. Esse território está sendo visto como um espaço de empreendimento e lucro para o setor empresarial e governamental. Com isso, os pescadores e as pescadoras dessas comunidades pesqueiras sofrem com o avanço desenfreando dos setores privados e governamentais.

O Estado junto aos seus órgãos criam mecanismos que facilitam a ascensão do mercado capitalista através do hidronegócio, da especulação imobiliária e da industrialização que, por sua vez, infringe os direitos territoriais já conquistados pelos povos tradicionais. Além disso, marginaliza a atividade pesqueira e a figura do pescador/a, em nome da aceleração do crescimento econômico (BERNARDO, 2012, p. 48).

Na I Conferência da Pesca Artesanal realizada em Brasília no ano de 2009, os pescadores e pescadoras fizeram algumas indagações sobre a situação territorial e a importância desta para a valorização indentitária no livro texto com respectivo lema: Pescadores e Pescadoras na luta por território, afirmando políticas de direitos para a pesca artesanal. Entre eles estão (2009, p.6-7):

- A identificação da natureza faz parte da memória coletiva, dos lugares da terra e da água necessários à reprodução física, e cultural das populações pesqueiras. Dessa forma a característica principal do ser do pescador e pescadora artesanal é a sua tradicionalidade, modo de viver e de se relacionar com a natureza, possuem valores próprios e desenvolvem técnicas que garantem a sustentabilidade de suas famílias e dos estoques pesqueiros.
- O território físico é o lugar da terra e da água, servindo como meios de reprodução social, cultural, ambiental e econômico. As comunidades pesqueiras embora consideradas tradicionais, não detêm a propriedade

do território, que é utilizada de forma coletiva, abrangendo espaços de água e terra, possuem também um conjunto de regras e condutas vivenciadas na coletividade para o uso de recursos naturais.

- A convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), considera que a “comunidade tradicional” possui direitos sobre seus territórios, tomando consciência da sua própria identidade e de seu território como necessários a sua manutenção e reprodução.
- O Centro Nacional de Apoio e Desenvolvimento das Populações Tradicionais (CNPT) reconhece que a comunidade de pescadores/as tem direito a auto identificação ao território físico, material e imaterial e cultural para que se preservem o seu modo de saber e fazer.
- Enquanto os pescadores/as veem o espaço do território pesqueiro como de sustentabilidade da família e da comunidade, os empresários veem o mesmo espaço de lucro e exploração, onde o meio ambiente é agredido e as comunidades são consideradas “atrasadas” e entraves para o desenvolvimento capitalista.

As leis de preservação territorial das comunidades pesqueiras tradicionais, principalmente aquelas que envolvem a atividade da pesca artesanal, são violadas e isso pode ser verificado em todas as áreas territoriais que envolvem a peca artesanal, as comunidades sofrem com a exploração desenfreada dos recursos naturais e do território, tanto pela ação do Estado, quanto por grandes empresas.

Isso é o que revela a analista ambiental da CPRH Deise Rodrigues em matéria intitulada “Ocupações no litoral monitoradas por voo”, publicada em 28/01/2014, no JC Online, ela afirmou que o impacto causado no meio ambiente por atividade humana (pressão antrópica) é maior no Litoral Sul do que no Norte e conclui dizendo: "Há muitas construções suspeitas no Paiva, Gaibú e Porto de Galinhas e muita especulação imobiliária também", relata a analista.

Tal situação também pode ser vista nas fotos abaixo, onde mostra a ocupação irregular e gananciosa dos grandes empreendimentos imobiliários no litoral sul de Pernambuco, principalmente no município de Tamandaré, onde é realizada a captura do pescado e do marisco pelos/as pescadores/as de Rio Formoso.

Imagem 04. Especulação imobiliária em Tamandaré/Praia dos Carneiros

Fonte: Autor/214

Imagem 05. Construção de casas em uma área de mangue na Praia dos Carneiros.

Fonte: Autor/214

O que foi visto na pesquisa de campo retrata bem a negligência e a falta de respeito dos órgãos institucionais, bem como o avanço do grande capital nessas áreas de socialização e subsistência dos povos tradicionais da pesca artesanal. A destruição desse ecossistema reflete diretamente na identidade,

no respeito e na história desse povo que tenta sobreviver através de sua cultura e de seu trabalho. Esse cenário causa desdobramentos de ordem política dentro da comunidade, uma vez que esses sujeitos se sentem desmotivados para reivindicar seus direitos junto aos órgãos competentes.

3.3 METODOLOGIA

3.3.1 ÁREA DE ESTUDO

O Estado de Pernambuco encontra-se entre as coordenadas geográficas de 07°15"45""/ 09°28"18"" de latitude Sul e de 034°48"35""/ 041°19"54"" de longitude oeste. Seu litoral, com 187 km de extensão, abrange 16 municípios, nossa pesquisa de campo foi direcionada para o município de Rio Formoso que está localizado a 92 km da Capital do Estado de Pernambuco. A coleta dos dados foi feita na comunidade pesqueira, especificamente na Colônia de pescadores desse município. Ao falarmos de comunidade, ou quando se utiliza a categoria “comunidade”, é preciso ter em mente que esta de modo algum é uma unidade homogênea, contendo em si uma grande variedade de interesse que são muitas vezes contraditórios, tendo como referência não somente o gênero, mas faixas etárias e grupos de identidade ou afinidade. Esta diversidade está inscrita na cultura, mesmo quando todos partilham o contexto socioeconômico ambiental. O termo “comunidade” pode transmitir uma imagem indiferenciada e cooperativa de um grupo social, mas isto parece não corresponder à realidade. Como resultado de diferentes relações de poder, podem sugerir diferentes questões em diferentes encontros de discussão. Nessa direção nos debruçamos sobre a comunidade pesqueira de Rio Formoso, contextualizando sobre nossos objetivos específicos pensados na pesquisa em foco.

3.3.2 A COLETA DOS DADOS

O trabalho realizado em campo foi baseado em um estudo de caso, conforme Yin (2001) o estudo de caso é uma estratégia de pesquisa que compreende um método que abrange tudo em abordagens especificas de

coletas e analise de dados. Este método é útil quando o fenômeno a ser estudado é amplo e complexo e não pode ser estudado fora do contexto onde ocorre naturalmente. O estudo de caso investiga um fenômeno contemporâneo partindo do seu contexto real, utilizando de múltiplas fontes de evidências.

Os questionários, assim como as observações do contexto comunitário, foram aplicados de março de 2013 a janeiro de 2014 (Tabela 01). Procurou-se enfocar o perfil socioeconômico das entrevistadas, a sua atividade econômica, a participação em organizações representativas, o envolvimento nas decisões e deliberações da colônia e na comunidade pesquisada. Cada questionário foi examinado individualmente para verificação de possíveis erros de preenchimento, em seguida, foram digitados em um formulário de entrada de dados. Após a digitação, os dados foram agrupados e armazenados para validação, e os resultados tabulados com o auxílio do programa estatístico SPSS[1].

Tabela 01. Número de entrevistas realizadas entre os anos de 2013 e 2014.

	Ano	
Mês da entrevista	**2013**	**2014**
Março	4	
Abril	3	
Maio	2	
Junho	1	
Julho	1	
Agosto	2	
Setembro	2	
Outubro	4	
Novembro	1	
Dezembro	2	
Janeiro		5
Total	**27**	

3.3.3 ANÁLISE ESTATÍSTICA

A estatística foi calculada com o número total de 270 pescadoras correspondendo ao percentual de 100%. Nossa amostra de pesquisa se concentrou em 10% do total das pescadoras filiadas à colônia, isso corresponde a 27 mulheres entrevistadas e analisadas em nosso estudo. O público alvo dessa pesquisa foram as pescadoras, elas responderam a um questionário de 24 perguntas referentes ao perfil socioeconômico, participação política na colônia de pescadores e atividade produtiva. As entrevistas que contou com um questionário semiestruturado foram realizadas em locais diferentes (Tabela 2) na comunidade pesqueira. A intenção de modificar os locais das entrevistas foi a preocupação de não termos respostas falsas ou tendenciosas devido à pressão causada pelo ambiente ou pelas pessoas em sua volta. Com isso conseguimos obter respostas mais seguras e menos temerárias.

Tabela 02. Locais onde foram realizadas as entrevistas com as pescadoras.

Local da entrevista	
Residência	6
Rua	6
Colônia	7
Local de trabalho	8
	Total 27

[1] Statistical Package for the Social Sciences. Um programa estatístico muito utilizado na vertente de manipulação de grandes bancos de dados.

As entrevistas se concentraram especialmente no local de trabalho das pescadoras e na colônia. Essa estratégia metodológica foi utilizada com o objetivo de captar o contexto do ambiente pesquisado e fazer com que a entrevistadas se sentissem em seu ambiente natural de convivência e cotidiano.

3.3.3 TRAJETÓRIA DA PESQUISA

A construção dos instrumentos metodológicos se concentrou em um estudo de caso que valorizasse a troca de saberes, considerando as diferenças culturais entre sujeitos na pesquisa. Assim foi priorizado o diálogo, a comunicação na intenção de minimizar lacunas e/ou distorções nos resultados oriundos da coleta de dados.

O diálogo desenvolvido na realização das entrevistas e as observações diretas do ambiente foram fundamentados no conceito de mediação/moderação estabelecido nesta prática e que se refere a “condução de processo de discussão” com a participação ativa de todas as integrantes do grupo pesquisado (no total de 27) na construção final. A mediação é importante porque pode fomentar criatividade e colaboração para um resultado de efeito expressivo. (Colette, 2010, p.14).

O processo de elaboração do instrumental para coleta de dados, nesta pesquisa, foi desenvolvido em diversas fases nas quais foram elaboradas perguntas relacionadas com a vivência das pescadoras em seus ambientes de convivência efetiva e diária, como por exemplo: casa, colônia, ambiente de trabalho, comunidade, escola, posto de saúde, ambiente de lazer etc.

No total, foram feitas 11 visitas ao local pesquisado entre os anos de 2013 a 2014. Em todas as visitas foram feitas observações do cotidiano das pescadoras e entrevistas semiestruturadas, sempre nos dois casos, privilegiando o diálogo aberto com o público alvo.

O foco dessa pesquisa de campo se estruturou nas reuniões da colônia de pescadores que são realizadas sempre no último domingo de cada mês. A análise dessas reuniões mensais representou um importante achado pra nossa pesquisa, uma vez que esse ambiente proporcional um discussão bastante ampla sobre o contexto atual da mulher e da pesca tradicional em Rio Formoso.

Vale salientar a grande dificuldade etnográfica encontrada nessa pesquisa de campo devido à desconfiança e ao repúdio dos pescadores e das pescadoras da comunidade em relação à coleta de dados. Os problemas na coleta de informações se iniciaram no primeiro contato com a presidente da colônia a senhora Cícera Estavão em maio de 2013. Informações contraditórias e omissão de dados da colônia foram algumas das barreiras encontradas inicialmente em nossa pesquisa. O receio de alguma represaria por parte dos líderes da colônia também dificultou o diálogo com as pescadoras.

É importante ressaltar que os membros que compõe a colônia de pescadores alimentam uma decepção e uma desconfiança em relação a alguns órgãos oficiais, como por exemplo: UFRPE, UFPE, ProRural, MPA, ONG´s etc. De acordo com integrantes da comunidade, essas instituições prometem projetos e melhorias em troca de informações sobre o que lhes interessam. Esse tipo de atitude dificulta a entrada de um agente externo no ambiente de pesquisa.

Contudo, no transcorrer da pesquisa e dos contatos realizados com os representantes da colônia foi possível estabelecer um canal de comunicação confiável e substancial. À medida que os diálogos foram acontecendo as informações também foram sendo exteriorizadas uma vez que que o trabalho de campo foi visto pelos membros da comunidade como algo positivo pala eles.

3.4 A COLÔNIA DE PESCADORES DE RIO FORMOSO - Z 07

A atual colônia de pescadores localizada na Rua da Levada na cidade de Rio Formoso, funciona nesse mesmo local há 7 anos. De acordo com o

vice-presidente Francisco Assis de Santana, antes de se torna sede oficial dos pescadores e pescadoras esse espaço era propriedade de um time de futebol da comunidade. Após reivindicações por um local mais adequado para as reuniões da colônia, a Prefeitura do Município alugou esse espaço para a comunidade. A data da fundação da colônia de pescadores foi no dia 30/08/1996, seus fundadores foram: o atual vice-presidente Francisco Assis de Santana, conhecido com “Chico” e alguns membros da comunidade que não residem mais nesse local.

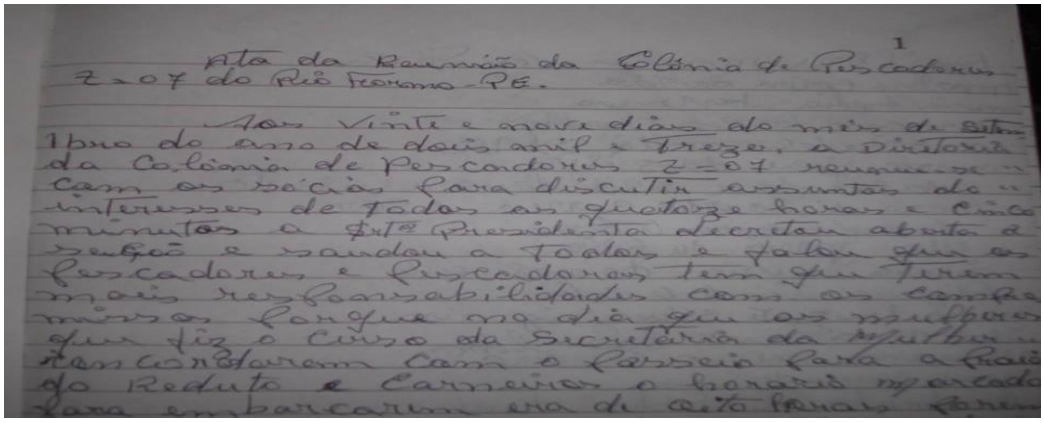
Mesmo com sede, a Colônia apresenta uma série de dificuldades quanta à infraestrutura, o espaço físico não comporta todos/as filiados/as da Colônia, dificultando muitas vezes a participação na reunião devido a acústica do ambiente. Ressaltamos que, essas dificuldades expostas já foram questionadas pelos líderes da mesma, uma vez que esses problemas já foram relatados as três esferas governamentais.

Imagem 06. Sede da colônia de pescadores/as Z-07 do Rio Formoso.

Fonte: Autor/2013

No que diz respeito às reuniões, as mesmas são realizadas mensalmente na colônia, sempre no último domingo de cada mês. Conforme entrevista com o vice-presidente e verificações das ATAS de presença das reuniões, foi possível observar um número expressivo de pescadoras.

Imagem 07. Ata de reunião da colônia de pescadores/as Z-07 do Rio Formoso.



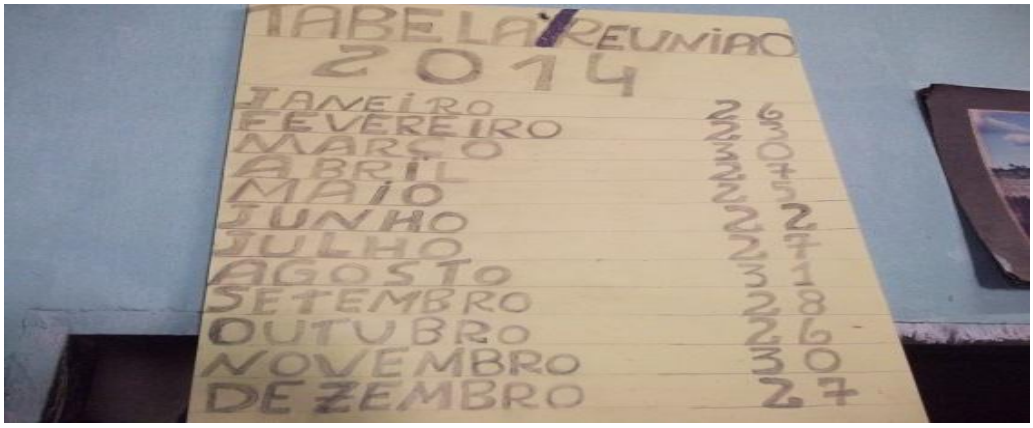
1

Ata da Reunião da Colônia de Pescadores Z-07 do Rio Formoso-PE.

Aos vinte e nove dias do mês de setembro do ano de dois mil e treze, a Diretoria da Colônia de Pescadores Z-07 reuniu-se com as sócias para discutir assuntos de interesses de todas as quatorze horas e cinco minutos a Srtª Presidenta decretou abertura a sessão e saudou a todas e falou que os pescadores e pescadoras tem que terem mais responsabilidades com as companheiras porque no dia que as mulheres que fiz o curso da secretaria da mulher reconhecerem com o passeio para a praia do Reduto e Carneiros o horario mercado para embarcarem era de oito horas porem

Fonte: Autor/2013

Imagem 08. Tabela com as datas das reuniões mensais referente ao ano de 2014.



Fonte: Autor/2014

Há um total de 450 associados à colônia de pescadores (as) Z-07. Desses números 60 % de seus participantes são mulheres, isso corresponde a

270 pescadoras integrantes desse espaço de reivindicação. Estão inscritos, apenas 180 homens (40%) na colônia, isso retrata uma presença mais significativa das mulheres pescadoras nesse local de participação política e social. Ver tabela 3 na página 54.

Tabela 03. Percentual de homens e mulheres filiados à colônia de pescadores (as) de Rio Formoso.

Sexo	Quantidade	%
Mulheres	270	60 %
Homens	180	40 %
Total	450	100 %

Em relação à presença nas reuniões, as mulheres são maioria nesse local de deliberação política. Sua presença chega a 90 % nos dias de reuniões, isso corresponde a 135 mulheres presentes nesses dias. Apenas 10 % dos homens (15) frequentam os dias escolhidos para os debates e discussão na colônia de pescadores. Ver tabela 4.

Tabela 04. Porcentagem de frequência de homens e mulheres nas reuniões da colônia.

Gênero	Quantidade	Porcentagem
Mulheres	135	90 %
Homens	15	10 %
Total	150	100 %

Conforme análise nas reuniões realizadas na colônia, foi observada uma presença massiva das pescadoras nesse espaço. De acordo com o vice-presidente “seu Chico” a colônia de Rio Formoso se destaca no litoral sul como aquela que possui a maior quantidade de mulheres associadas a essa instituição.

Como foi mostrado acima, 90% de seus participantes são do sexo feminino, mulheres que além de se dedicarem as atividades da pesca possuem outras obrigações extras. São donas de casa, cuidam da saúde e da educação de todos da família, complementam a renda familiar com outras atividades e também se preocupam com a própria saúde e bem estar. As atividades que homens e mulheres se dedicam refletem os papéis sociais e as desigualdades de condições e oportunidades entre os sexos.

3.5 MULHER E TRABALHO NA PESCA ARTESANAL.

Nos Dados obtidos nesta pesquisa verificamos que as mulheres dividiam suas atividades da seguinte forma:

No período da manhã elas despertam no horário entre 3h00 e 6h00 da manhã; acordam as crianças; fazem o café; caminham; cuidam da/o sogra/o; levam as crianças para a escola/creche; fazem o almoço ou comem na casa da mãe; descascam e vendem mariscos; lavam roupa; limpam a casa e buscam as crianças na escola. As 12h00 é hora de almoçar.

No período da tarde – lavar louças, ensinar tarefas dos/as filhos/as, preparar jantar, geralmente não descansam a tarde. As 18h00 servem o jantar.

À noite – lavar louças, assistir novelas, estudar.

Importante ressaltar que uma característica específica do trabalho da pesca no litoral é a dependência ao horário da maré. Quando o horário da

maré, bom para pescar, é pela manhã suas atividades domésticas são antecipadas para a noite anterior.

Estes dados, conforme ensina Leitão (2005) evidenciam a denominada “divisão sexual do trabalho”, observando-se que as atividades domésticas são realizadas pelas mulheres.

(Pescadora 7/58 anos) relata:

> “eu me levanto de manhã, me levanto cedo, quatro e meia, quatro e quarenta, organizo minhas coisas, eu deixo o meu feijão ou o meu arroz feito, e vou para a maré”.

Ainda se apresentaram diferenças na rotina entre as mulheres que convivem com um companheiro e as que estão sozinhas. Algumas pescadoras realizam as atividades de:

- Cuidar do barco;
- Processar o pescado - descascar camarão e marisco, filetar e limpar e o peixe e os vários beneficiamentos de produtos da pesca;
- Confecção ou reparo de rede;
- Colaborar no cultivo dos mariscos;
- Outras atividades.

As pescadoras mais jovens, com filhos pequenos, declararam ter dificuldade em estudar porque faltam creches e assim elas, muitas vezes, não têm com quem deixar as crianças.

Todas as pescadoras afirmaram que apesar de despertar tão cedo não descansam durante a tarde. As atividades realizadas diretamente no mangue ou no mar são definidas pelas tábuas das marés, por isso a rotina na atividade laboral é sempre variável.

Ao sistematizarmos estes dados, torna-se evidente que apesar do crescimento da atividade feminina no mercado de trabalho evidenciado pelas

crescentes taxas de atividade e de participação feminina na população economicamente ativa, na pesca artesanal permanece, o que Lombarde (2010:40) denomina do padrão da divisão sexual do trabalho domestico, segundo a qual a mulher é a principal responsável pelo cuidado com os filhos, a casa e a família (LEITÃO, 2005).

Segundo (Sorj 2010:57) estas “desigualdades e diferenças de gênero repousam sobre uma norma social que associa o feminino à domesticidade e que se expressa na divisão sexual do trabalho, atribuindo prioritariamente às mulheres a responsabilidade com os cuidados da família”. Esta naturalização que reduz a atividade das pescadoras a categoria de “ajudantes”, mesmo que muitas vezes sejam elas as provedoras das despesas domésticas.

A autora ao definir cuidado possibilita compreender melhor a naturalização da mulher como coadjuvante na cadeia produtiva da pesca. Para (Sorj 2010: 58), cuidado é um termo usado para referir-se “a um conjunto de atividades diversificadas envolvidas no cuidado dos outros” [....] Concretamente essas atividades incluem cuidar das crianças, idosos, doentes, deficientes, bem como realizar tarefas domésticas como limpar, arrumar, lavar, passar, cozinhar etc.

Percebe-se a naturalização da representação social do feminino nas ações relacionadas ao cuidado na rotina das mulheres e a invisibilidade de suas atividades profissionais na cadeia produtiva da pesca artesanal.

Leitão (2005) esta invisibilidade da mulher no plano profissional na pesca artesanal, contribui também para um certo protagonismo masculino no interior dos movimentos sociais da categoria. Sobre esta outra forma de marginalização das pescadoras, ou seja, a dificuldade de participação das mulheres nos movimentos sociais da pesca artesanal, (Maneschy, Alencar e Nascimento, 1995: 82) afirmam que “rever, questionar e criticar o padrão de relações de gênero e o papel secundário das atribuições femininas é, portanto, tocar em visões de mundo e em atitudes muito arraigadas”.

As autoras questionam a invisibilidade da pescadora na cadeia produtiva da pesca, considerando que elas geralmente aprenderam a arte de pescar com suas mães e, geralmente são elas que transmitem o conhecimento e a familiaridade com a atividade pesqueira às novas gerações, na medida em que necessitam levá-los muitas vezes as suas atividades laborais, na ausência de creches nestas comunidades. (Maneschy et al, 1995:86).

3.6 DIAGNÓSTICO DA PESCA TRADICIONAL EM RIO FORMOSO-PE

No que se refere à comercialização indicaram formas diversificadas, entre elas se destacam a venda intermediada pelo atravessador, que consiste no formato mais generalizado relatado em toda pesquisa; diretamente ao consumidor final. A forma do peixe ou marisco ser comercializado pode ser cru ou beneficiado (cozido, temperado).

Uma pescadora afirmou que “chegou do mar é com a gente”, o que demonstra que as atividades desenvolvidas pelas mulheres na cadeia produtiva da pesca não podem ser resumidas a coletar e pescar, mas deve ser considerado o que define a LEI Nº 11.959, de 29 de junho de 2009, que na Seção II, referente a Atividade Pesqueira no seu Art. 4º estabelece “a atividade pesqueira compreende todos os processos de pesca, explotação e exploração, cultivo, conservação, processamento, transporte, comercialização e pesquisa dos recursos pesqueiros”. Informações complementadas em seu Parágrafo Único, no qual informa que ”consideram-se atividade pesqueira artesanal, para efeitos desta Lei, os trabalhos de confecção e de reparos de artes e petrechos de pesca, os reparos realizados em embarcações de pequeno porte e o processamento do produto da pesca artesanal[2]”. A ampliação das atividades na cadeia produtiva da pesca, inclui, a partir desta da Lei Nº 11.959, as mulheres que participam desta cadeia produtiva, mas não trabalham diretamente na captura do peixe ou marisco.

No que se refere ao aspecto econômico, a informação geral é que a renda é baixa, sendo difícil conseguir o equivalente a um salário mínimo mensal (Ver Quadro 01). A pesca é descrita como uma atividade sazonal, com

forte variação entre verão e inverno, tanto na coleta como na comercialização. Os problemas ambientais advindos da urbanização, da industrialização, geralmente diminuem a quantidade e qualidade do pescado.

Quadro 01. Perfil socioeconômico das pescadoras entrevistadas.

PESCADORA	Idade	Carteira de Pescadora	Tempo de filiação/anos	Escolaridade:	Onde comercializa seus produtos	Ajuda do Governo	Participa das reuniões
1	34	Sim	6	Fund. Incompleto	Atravessador	Bolsa Família	Sim
2	43	Sim	6	Fund. Incompleto	Comércio	Bolsa Família	Sim
3	44	Sim	5	Fund. Incompleto	Casa	Bolsa Família	Sim
4	55	Sim	8	Fund. Incompleto	Atravessador	Bolsa Família	Sim
5	60	Sim	8	Fund. Incompleto	Comércio	Bolsa Família	Sim
6	24	Sim	8	Fund. Incompleto	Casa	Bolsa Família	Sim
7	55	Sim	6	Fund. Incompleto	Atravessador	Bolsa Família	Sim
8	55	Sim	7	Fund. Incompleto	Comércio	Bolsa Família	Sim
9	43	Sim	6	Nível médio comleto	Casa	Bolsa Família	Sim
10	45	Sim	7	Fund. Incompleto	Atravessador	Bolsa Família	Sim
11	47	Sim	8	Fund. Incompleto	Atravessador	Bolsa Família	Sim
12	49	Sim	8	Fund. Incompleto	Atravessador	Bolsa Família	Sim
13	52	Sim	8	Fund. Incompleto	Atravessador	Bolsa Família	Sim
14	53	Sim	8	Fund. Incompleto	Atravessador	Bolsa Família	Sim
15	54	Sim	7	Fund. Incompleto	Atravessador	Bolsa Família	Sim
16	55	Sim	7	Fund. Incompleto	Casa	Bolsa Família	Sim
17	27	Sim	6	Fund. Incompleto	Casa	Bolsa Família	Sim
18	28	Sim	6	Fund. Incompleto	Casa	Bolsa Família	Sim
19	29	Sim	7	Nível médio comleto	Casa	Bolsa Família	Sim
20	34	Sim	8	Fund. Incompleto	Casa	Bolsa Família	Sim
21	55	Sim	8	Fund. Incompleto	Casa	Bolsa Família	Sim
22	65	Sim	8	Fund. Incompleto	casa/atravessador	Bolsa Família	Sim
23	43	Sim	8	Fund. Incompleto	Comércio	Bolsa Família	Sim
24	23	Sim	8	Fund. Incompleto	comércio/atravessador	Bolsa Família	Sim
25	33	Sim	8	Fund. Incompleto	comércio/atravessador	Bolsa Família	Sim
26	43	Sim	8	Fund. Incompleto	comércio/atravessador	Bolsa Família	Sim
27	60	Sim	8	Fund. Incompleto	comércio/atravessador	Bolsa Família	Sim

Resumo do questionário de pesquisa social.

Quanto ao acesso às áreas da pesca – existem relatos de perigos, às vezes é necessário fazer acordo com fazendeiros para poder pescar, muitas vezes a dificuldade é a distância para chegar ao mar e algumas afirmaram ser necessário levar um homem para remar. Ao serem indagadas sobre as dificuldades por elas vivenciadas na sua atividade de trabalho, relataram principalmente que:

1. Muitas não possuem canoa, também faltam recursos para a manutenção das redes, embarcações, barcos e falta de isca para pesca;

2. Afirmam que pescar todo o tempo dentro d'água em contato com água-viva (animais aquáticos), bactérias, peixes e outros objetos cortantes é muito perigoso. Algumas sofrerem acidentes com peixes, ostras e tocos da madeira no mangue;

3. No inverno a renda cai por causa da escassez do produto e também dos consumidores;

4. A condição subalterna das mulheres, na Colônia de Pescadores/as e seu baixo poder de atuação nas decisões;

Os dados acima mencionados demonstram o caráter precário da atividade da pesca artesanal para as mulheres, ainda mais se considerarmos que a atividade laboral para elas é fragmentada entre outras tantas atividades. Sobre este tema (Sorj, 2010:5) destaca, "os homens continuam a investir o seu tempo prioritariamente no trabalho remunerado e um crescente número de mulheres são levadas a acumular trabalho remunerado e trabalho não remunerado".

A partir da concepção de trabalho precário, perguntamos quais as outras fontes de renda destas mulheres: 100% das entrevistadas, ou seja, 27 pescadoras recebem benefícios do Programa Bolsa Família que variam entre R$68,00, R$80,00, R$96,00, R$112,00 a R$127,00; algumas trabalham nas frentes de serviços, oferecidos pelas prefeituras durante alguns meses do ano; realizam atividades, mal remuneradas, nas casas dos veranistas, durante o verão.

No que se refere aos direitos sociais, a presidenta da colônia Cícera Estevão chama atenção sobre a importância dos movimentos sociais, no processo de reivindicações, ao relatar que:

> "As pescadoras frequentam as reuniões da colônia, apesar das obrigações que elas têm em casa e com os filhos. Elas devem ser provocadas para falar alguma coisa sobre as dificuldades em seu dia-a-dia. Essa participação é importante, mas poderia ser mais se não fosse essas obrigações em casa"

Observamos nos relatos que a dependência das atividades domésticas e de cuidado; se torna uma barreira na construção de uma vida mais digna. Nessa condição se tornam submissa no que tange a divisão sexual do trabalho. Como é observado no quadro-resumo, abaixo:

- As tarefas domésticas são realizadas, na maioria das vezes pelas mulheres. Algumas comentaram que o marido ajuda, mas sempre necessita ser solicitado, incentivado. Na maioria das vezes, elas acordam antes de todos e os chamam para o café.
- Assim, além do trabalho profissional de pescar, elas ainda realizam a maioria das tarefas: levar filho ao médico, cuidar da casa, suprir as atividades de lazer (quando existe), fazer as atividades domésticas e o ajustar receitas e despesas no orçamento doméstico.
- Muitas apontam que o marido não colabora nas atividades domésticas, mas acordam cedo para trabalhar. Outras informam que alguns homens gostam de cozinhar, e se precisar, se solicitado colaboram.
- Uma questão que apareceu em quase todas as falas refere-se à dupla jornada de trabalho, trabalham nas atividades da pesca e são responsáveis pelas tarefas domésticas, mesmo quando convivem com alguém (marido, filhos, netos) que colaboram.
- Esta situação mostra a dificuldade das mulheres, principalmente com filhos pequenos, de participarem de associações, cooperativas, movimentos sociais e até mesmo de lutarem por espaço nas Colônias de Pescadores/as. Porque, além de ir ao mar, rio ou mangue elas ainda debulham, cozinham e descascam o marisco durante toda a semana. Mesmo assim, várias pescadoras atuam em trabalhos comunitários na igreja, nos clubes de mães, nas associações de moradores etc.
- As pescadoras afirmam que o trabalho próximo de suas casas, no rio, mangue, processando o pescado, permite realizar as tarefas

domésticas e acompanhar os filhos. Situação existente mesmo quando os companheiros são pescadores e/ou maricultores.

- Quanto aos filhos e filhas, netos e netas, algumas delas possuem filhos/as que também são pescadores/as e maricultores/as, mas também apontaram diversas outras profissões.
- Muitas afirmam que esperam que seus filhos/as, netos/as não trabalhem na pesca. Para elas a pesca é muito triste e a vida de pescador/a é sofrida, a pesca "está ruim", sendo "humilhante" para o pescador/a, receber salários cada vez mais baixos.
- Existe o sonho da atividade de carteira assinada, visualizada geralmente em outras profissões.

Nessa direção, observa-se o quanto é exigido da mulher e da pescadora nesse espaço de sociabilidade. Elas exercem múltiplas tarefas em seu dia-a-dia, revelando um tipo especial de sujeito social no qual elas incorporam na atualidade e na sua origem. Esses atores sociais necessitam de um olhar diferente no que tange as suas reivindicações e suas necessidades por parte dos agentes públicos responsáveis pela construção da cidadania e da dignidade das pescadoras artesanais.

3.7 POLÍTICAS PÚBLICAS, CIDADANIA E PARTICIPAÇÃO DAS PESCADORAS DE RIO FORMOSO-PE PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL.

A efetividade da cidadania só acontecerá quando o Estado entender que as políticas públicas devem ser aplicadas numa perspectiva universal, pois elas devem incluir homens e mulheres sem que haja distinção em suas ações. As propostas de políticas públicas que dê ênfase à equidade de gênero necessitam de uma maior ação do Estado, tanto a nível global quanto a nível local, porque é preciso compreender que existem vários segmentos na sociedade que apresentam especificidades culturais, territoriais e indenitárias para acolher a proposição.

Para se praticar uma politica pública que tenha como foco primordial a mulher pescadora, precisa-se primeiramente que os gestores públicos compreendam a importância desse público para a vida da comunidade e seus desdobramentos socioeconômicos. Segundo Curado e Auad (2008, p.19) a prática de políticas para a mulher esbarra na insuficiência de gestores sensíveis e capacitados, no que tange as teorias e metodologias para a adoção da perspectiva de gênero nos programas, projetos e ações governamentais que garantam a ampliação da governabilidade.

O processo de aquisição da cidadania passa por um novo olhar dos agentes públicos em relação às politicas públicas específicas para a mulher pescadora. É preciso tomar uma nova posição para poder enxergar a "desigualdade" entre homens e mulheres em nossa sociedade, que se reflete em seu cotidiano, dificuldade de inserção no mercado de trabalho, salários baixos, poucos bens, problemas de acesso aos serviços em um dia-a-dia penoso na esfera doméstica/privada e pública.

Ao ser questionada sobre as ações do Estado na implementação de políticas públicas na colônia de pescadores, a presidenta da colônia, a senhora Cícera Estevão afirmou:

> "O governo do Estado só pensa em ganhar dinheiro". (Cícera Estevão – presidenta da colônia)

As ações, além de não serem pensadas em nível de equidade de gênero pelos órgãos públicos responsáveis pelo setor da pesca tradicional em Pernambuco; também revelam direcionamentos orçamentários para o grande capital. O hidronegócio é umas dificuldades enfrentadas pelas comunidades pesqueiras de Pernambuco. As políticas e os orçamentos são direcionados para o setor industrial da pesca. Enquanto isso, a pesca artesanal e os seus trabalhadores ficam a mercê no que se refere a ausência de visibilidade e investimentos para o setor.

O texto da I Conferência da Pesca Artesanal, afirma que essa construção social relegou as mulheres ao espaço domestico, da reprodução,

em uma tentativa constante de negação de sua importância econômica e social para a sociedade e principalmente para a classe trabalhadora. Essas são muitas vezes invisibilizadas pelos investimentos estatais no âmbito de políticas públicas para o segmento. De acordo com Melo e Stadtler (2009, p. 5) apenas nos discursos, as políticas públicas consideram nas especificidades das mulheres, trabalhadoras e donas-de-casa, que vivem da pesca e lutam para ter acesso à cidadania.

Apesar do contexto social desfavorável, as mulheres pescadoras possuem um papel importante nos movimentos sociais, nas associações e nas colônias, uma vez que algumas delas ocupam os cargos de presidenta dessas instituições representativas. Além das participações marcantes nas conferências e seminários sobre pesca artesanal, elas vêm disputando as eleições com os homens e se saindo vitoriosas nos pleitos realizados nas colônias e em todos os níveis de representatividade política. A presidenta da colônia de Rio Formoso, Cícera Estevão Barbosa ocupa esse cargo há dois mandatos consecutivos, sempre tendo uma votação expressiva nos pleitos da colônia de pescadores/as.

Esse cenário político protagonizado pelas pescadoras artesanais nos espaços de poder não interfere efetivamente na construção de políticas públicas para o desenvolvimento local no setor pesqueiro, pois a politicas públicas implementadas muitas vezes não são dialogadas, construídas e planejadas juntos aos atores sociais, dificultando assim, ações específicas que valorizem e reconheçam as potencialidades endógenas das comunidades tradicionais.

Essa negação mostra o grau de invisibilidade com que as mulheres se deparam na pesca tradicional, além do não reconhecimento da própria comunidade pesqueira sobre sua participação e importâncias nos espaços democráticos de poder, além disso, elas têm que conviver com a desvalorização do produto pescado, confirmando as desigualdades entre homens e mulheres. Para Hirata (2007) a divisão sexual do trabalho tem como

característica a designação prioritária dos homens a esfera produtiva, e das mulheres as esferas reprodutivas e, simultaneamente a apropriação pelos homens das funções com maior valor social.

As mulheres se destacam nas eleições e nos cargos de representatividade na colônia de pescadores/as, como é o exemplo da colônia de Rio Formoso. Porém, esse cenário nos salta aos olhos como um grande paradoxo a nível político. De um lado, temos a representatividade feminina nos cargos políticos dentro da colônia estudada, na pessoa da presidenta Cícera Estevão, juntamente com uma participação quantitativa marcante das pescadoras nas reuniões, contudo o que foi analisado nessa pesquisa mostra o pouco reconhecimento do trabalho, da participação e da importância da mulher na pesca artesanal.

Essa situação foi encontrada nas reuniões da colônia de Rio Formoso. Havia um número expressivo de pescadoras, porém elas não se manifestavam nos momentos de discussão e debates sobre os temas de seus interesses. O que foi analisado na pesquisa de campo mostrou uma completa passividade desse público nos assuntos ligados aos direitos e às ações para a comunidade em analise.

A frequência quantitativa das pescadoras não representa e não legitimam mudanças significativas no bem-estar-social dessas mulheres, haja vista que elas não participam efetivamente das deliberações e discussões propostas para a construção de politicas públicas para o desenvolvimento local.

Nessa direção, o desenvolvimento loca é construído no empoderamento social e político, nas propostas que façam despertar o “politico interior”, a “empoderada” em potencial, fazendo com que sejam desprendidas todas as suas energias, em busca de soluções e melhorias que produzam mudanças significativas nos relacionamentos do grupo social.

A expressão do “político interior” é utilizada por Jara (1998, p. 311) como um convite ao aprendizado que trabalhe os aspectos invisíveis das pessoas,

favorecendo a descarga das emoções reprimidas construindo um alerta coletivo e consciente. Esse processo se dá com o aprendizado para uma imersão no que é buscado. No mundo dos valores e sonhos coletivos, estimulando as energias politicas, partindo do fato superficial para o ponto essencial, considerando-se que, na verdade, na vida comunitária, não são os fenômenos externos e materiais as questões básicas e fundamentais.

> [...] o poder da solidariedade, da cooperação, da paz, do diálogo, da parceria e do amor politico e o poder da identidade não podem ser conhecidos ou percebidos, como se conhece um rebanho ou casa de Farinha – objetos com forma, calor, cheiro e textura. A energia política da solidariedade não é um objeto que se encarna em forma alguma. É uma força interior, subjetiva, viva, que mobiliza as pessoas. (JARA, 1998, p.311).

Analisa-se nessa direção, conforme cita o autor, a importância do desenvolvimento das competências, fazendo despertar essa energia, não deixando de considerar a identidade e a tradição cultural, pois, seguramente o conceito de interior político e de identidade, passa pela tradição cultural e pela maneira como os grupos humanos dirigem suas destinos. Portanto, percebemos que as competências pessoais estão associadas a sistemas complexos e dinâmicos e deles não podem ser dissociados. Por fim a questão deve ser estudada de forma holística, mantendo a visão sistêmica, onde casa parte compõe o todo organizado na busca de um ou mais objetivos (SALES, 2008, p.67-68).

É importante destacar que Estado e sociedade devem está sintonizados na construção, na formulação e na escolha das ações públicas, pois a participação desses atores contribui para a consolidação e legitimação das políticas públicas. Nesse sentido, Cunha e Cunha (2008, p.12) destacam que:

> As politicas públicas têm sido criadas como respostas do Estado às demandas que emergem da sociedade e do seu próprio interior, sendo expressão do compromisso público de atuação numa determinada área em longo prazo. Dessa forma, entende-se que há uma relação dicotômica entre o Estado e os atores sociais na formulação e implementação das políticas públicas.

Segundo Rua (2009) apud Bernardo (2013, p. 33) as politicas públicas, geralmente, envolvem mais do que uma decisão e requer diversas ações estrategicamente selecionadas para implementar, necessita da junção entre Estado e sociedade civil. Essas ações envolvem uma serie de atores sociais que se manifestam na luta pela consolidação e legitimação dessas políticas públicas para o bem estar social.

Sabe-se que as políticas públicas devem ser pensadas conforme a realidade e os anseios da sociedade e de seus atores. Para isso, é importante socializar alguns pontos relevantes nesse processo de construção que Teixeira (2002) contribui de forma significativa em suas palavras. O autor ressalta que as políticas públicas para serem elaboradas e depois implementadas precisam definir aspectos públicos direcionados aos variados segmentos. Entre eles estão:

Identidade – iniciativas de proposições para responder questões que constituem um elemento importante no processo de formação de identidade coletiva dos atores sociais.

Plataformas políticas – as políticas expressão sentido do desenvolvimento histórico-social dos atores sociais na disputa para construir a hegemonia; refletem, pois, as concepções que têm do papel do Estado e da sociedade civil, constituindo programas de ações que respondem as suas carências e demandas.

Mediações Institucionais – as políticas públicas traduzem mediações entre interesses e valores dos diversos atores que se defrontam em espaços públicos para negociar soluções para o conjunto o conjunto da sociedade ou determinados grupos.

Dimensão Estratégica – as políticas públicas diretamente ligadas ao modelo econômico e à constituição de fundos públicos assumem aspectos estratégicos, quando se constituem referências e base para a definição de outras politicas ou programas em determinadas áreas. As opções estratégicas

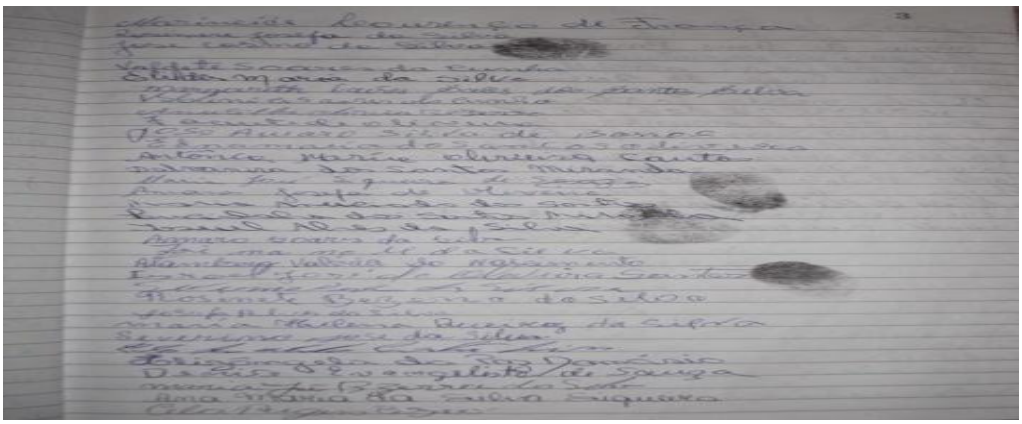
devem considerar, ao mesmo tempo, as inovações tecnológicas e a reestruturação produtiva e os seus efeitos sobre o emprego e o agravamento das desigualdades sócias, buscando-se alternativas que redirecione o emprego não apenas da forma compensatória que torna seus benificiários meros objetos da assistência, mas que os tornem cidadãos ativos, contribuindo, através de novas formas de inserção social, para o desenvolvimento da sociedade (TEXEIRA, 2005, p. 2-5).

A conquista de diretos sociais e políticos por parte das mulheres segue na mesma direção dos processos de modernização da sociedade. Elas ganham importância na medida em que os avanços tecnológicos e industriais se iniciaram no século XVIII na Europa. A Revolução Industrial e Francesa ofereceram as mulheres um pouco de visibilidade e individualidade. Contudo, as mulheres tardaram a conquistar o direito à individualização, uma vez que essa condição é inerente à sociedade moderna e é uma condição de autonomia e de cidadania. Sendo assim, as mulheres estiveram excluídas desse processo em sua origem. A luta pela cidadania das mulheres exigiu também a luta pelo reconhecimento de sua condição como indivíduo de direitos (MARIANO, 2010. p.51).

A nível quantitativo as mulheres se destacam na colônia de Rio Formoso, tendo uma mulher como presidenta e um público feminino substancial nas reuniões mensais. Como foi visto na Tabela 4 na página 37, há uma presença de 90% do total das mulheres filiadas na colônia nas reuniões mensais, ou seja, 135 mulheres fazem parte das deliberações desse espaço.

Em contra partida, apenas 15 homens (10%) frequenta esse ambiente, como pode ser visto na ATA de presença, na imagem abaixo, mostrando as assinaturas das pescadoras nas reuniões da colônia Z-07.

Imagem 09. Assinaturas da Ata de presença nas reuniões da colônia Z - 07.



Fonte: Autor/2014

Em diálogo com algumas pescadoras, as mesmas alegaram que os maridos ou companheiros não frequentam as reuniões por causa do dia e do horário escolhidos para esses encontros. O dia de domingo e o horário de 14:00 horas da tarde são inconvenientes uma vez que esses homens estão em seu momento de lazer. Como afirma o vice-presidente da colônia:

> “Eles bebem nos dias de domingo, por isso não comparecem nas reuniões”.

Outro motivo alegado por elas é o fato dessas mulheres serem “obrigadas” pelos seus companheiros e maridos a frequentarem os dias de reuniões. Conforme fala a pescadora:

> "Ele pede e eu vou para as reuniões, eu sei que ele não vai por isso venho". (pescadora 10)

Ao relacionar a participação qualitativa das mulheres nesse ambiente de decisão, a pesquisa revela a invisibilidade e a falta de reconhecimento do trabalho, do significado e da importância da mulher pescadora na construção de políticas públicas para o desenvolvimento local da comunidade. A falta de reconhecimento reflete diretamente na construção de políticas públicas voltadas para esse público específico, uma vez que o Ministério da Pesca e da Aquicultura traz o tema da mulher na pesca artesanal como um enfoque transversal, ou seja, as pescadoras são incluídas nas políticas públicas apenas para constar numericamente nos poucos projetos voltados para esse segmento produtivo.

Isso fica evidenciado nos poucos projetos direcionados para a colônia de pescadores de Rio Formoso. Conforme entrevista realizada com o vice-presidente "Seu Chico", o mesmo afirmou que são poucos os projetos/ações para a colônia de pescadores/as. De acordo com ele e com informações colhidas no MPA, houve apenas três projetos durante os anos de 2005 a 2013, são eles:

- **Entrega de apetrechos**: realizada em 2005, que consistia em doações aos pescadores e às pescadoras de material para a pesca artesanal, como redes, linhas, remos, material de proteção individual etc.

- **Embarcações de Fibra**: realizado em 2008, consistia em doações de embarcações de fibra de carbono. Esse projeto visava amenizar os impactos ambientais ocasionados pelo desmatamento, uma vez que as embarcações tradicionais da pesca artesanal sempre foram confeccionadas por madeira. Esse projeto não teve êxito porque não

fazia parte do trabalho nem da cultura da pesca artesanal esse tipo de embarcação. Conforme, explica “Seu Chico”:

> “Muitos pescadores venderam seus barcos de fibra porque não se acostumaram a trabalhar com eles. Mas uma vez, o governo faz um projeto sem consultar a gente”.

Sobre essa falta de comunicação entre comunidade pesqueira e instituições públicas responsáveis pela pesca tradicional em Rio Formoso, “Seu Chico” concluir afirmando que o governo deveria ouvir mais o pescador e a pescadora na hora de pensar os projetos para esse público. Esse relato revela a falta de diálogo e de conhecimento da realidade dessa cultura milenar.

Programa Pescando Letras - A educação de jovens e adultos ganhou importância estratégica no governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, uma vez que a educação é um direito de todos em qualquer momento da vida.

Nesse sentido, visando promover a inclusão social dos pescadores e pescadoras profissionais e aquiculturas e aquiculturas familiares, a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República que foi extinta em 2003, e em seu lugar foi criado o atual Ministério da Pesca e Aquicultura, inscreveu no seu Projeto Político o *Programa Pescando Letras*, um compromisso que se integra ao esforço nacional de ampliação do direito de acesso à alfabetização promovida pelo Ministério da Educação – MEC por meio do Programa Brasil Alfabetizado.

Na I Conferência Nacional de Aquicultura e Pesca, realizada em Luziânia/GO, em novembro de 2003, o tema do analfabetismo foi amplamente debatido. Nessa ocasião, ficou definida a inclusão educacional como uma das prioridades da SEAP/PR.

O universo da pesca e da aquicultura no Brasil é repleto de contradições. Por um lado, a aquicultura e a pesca podem estimular o desenvolvimento sustentável em nosso País, a geração de emprego e renda, a inclusão social e o aumento da produção de pescados contribuindo para a

segurança alimentar e nutricional. Por outro lado, a pesquisa mostrou que 25 pecadoras, ou seja, 92% das entrevistadas (Ver quadro 01, na pag. 58) não possuíam o ensino fundamental completo. Isso mostra um grande paradoxo entre o que diz fazer o Estado e o que realmente faz na efetividade. Uma das maiores críticas sobre o Programa Pescando Letra foi feito por uma pescadora que afirmou:

> "Os professores não sabem ensinar porque não conhecem a pesca, eles não são daqui! Aqui na comunidade existem professores e professoras que poderiam fazer isso" (Pescadora 11).

Isso mostra a falta de diálogo e de planejamento na construção desse projeto que não levou em consideração as especificidades do público alvo. Nessa direção as consequências são devastadoras para as comunidades tradicionais uma vez que a qualidade e os conteúdos desses cursos não estão inscritos na realidade de vida desses sujeitos.

Historicamente, grande parte dos trabalhadores do setor pesqueiro está excluída da proteção social do Estado, situação agravada pelo alto índice de analfabetismo e ausência de qualificação. Seus direitos como trabalhadores não eram reconhecidos nas instâncias de participação e representação do setor.

Por fim, vale lembrar que os/as pescadores/as são cantados/as em versos e prosas pelos romancistas e destacam-se como figuras heroicas e emblemáticas em histórias nas mais diferentes culturas. É fundamental, então, que possam com seus próprios punhos escrever as suas histórias, os saberes adquiridos em seu ofício, exercendo assim a sua autoria e agregando uma contribuição específica ao conjunto da sociedade.

Portanto, os mecanismos utilizados por essas instituições, a saber, Governo do Estado e Prefeitura de Rio Formoso, são completamente desconectados em relação à vida cotidiana, ao trabalho, aos desejos e aos direitos dessa população tradicional. A falta de metodologias e de

conhecimento sobre esse setor reflete a incipiência e a fragilidade das políticas públicas.

São ações não planejas e não especificadas para a realidade da pesca artesanal, uma vez que essa comunidade não foi ouvida e nem consultada na elaboração desse projeto. Essas ações são muitas vezes hierarquizadas em sua sistematização, haja vista que o Estado não leva em conta à realidade dessa comunidade.

CONCLUSÃO

A participação da sociedade nos espaços públicos, através do processo de construção democrática, emerge fortemente a partir dos anos 1990, tendo como marco significativo a Constituição de 1988, mudando assim, qualitativamente a relação entre o Estado e a sociedade civil.

Essa nova relação de democracia que se estabeleceu no Brasil possibilitou ao cidadão atuar dentro dos espaços institucionais, para buscar através da participação popular uma melhoria no processo reivindicatório. Segundo Tatagiba (2002, p. 100), “a institucionalização da participação popular nas políticas públicas foi um grande avanço, uma conquista importante dos setores democráticos à qual é preciso dar consequência e efetividade na prática concreta”.

Nossas conclusões ao relacionar a participação política das pescadoras de Rio Formoso na construção de políticas públicas para o desenvolvimento local foram bastante negativas. A dificuldade que encontramos na comunidade reflete de forma negativa as expectativas com relação ao desenvolvimento local. Isso foi evidenciado nas reuniões mensais realizadas na colônia, uma vez que as pescadoras não eram respeitadas em seus posicionamentos nos debates e nas deliberações dos assuntos tratados nesse espaço. Elas permaneciam muitas vezes em silêncio, mesmo quando provocadas ou questionadas, evitavam exteriorizar seus anseios e suas escolhas. Uma situação lamentável e preocupante em tempos de democracia participativa.

Contudo, vale salientar que havia uma participação quantitativa expressiva nas reuniões da comunidade pesqueira. Elas se faziam presentes mais do que os homens nos encontros. Porém, essa participação a nível qualitativo era incipiente no que tange ao processo de decisão nos temas ligados à construção de políticas públicas para o desenvolvimento local. As pescadoras, apesar de estarem presentes fisicamente, não possuem uma participação ativa e reflexiva nos espaços decisórios da colônia.

Concluiu-se também que a hierarquia histórica das relações de gênero na pesca artesanal dificulta a inserção das mulheres nos espaços de poder. Isso é percebido, quando se observa o papel da mulher pescadora no processo produtivo. Seu trabalho está delimitado entre a captura do pescado e as atividades do lar. Esse cenário revela uma situação de desvalorização do trabalho e da participação política das pescadoras na comunidade de Rio Formoso.

A desvalorização política e a falta de reconhecimento de seu trabalho dentro da comunidade dificulta a construção de políticas públicas que levem em consideração a realidade e as dificuldades desses sujeitos sociais. Os problemas enfrentados por esse segmento produtivo e cultural só poderão ser solucionados quando esses sujeitos forem reconhecidos, respeitados e ouvidos. Isto é, quando as pescadoras forem incluídas na agenda política dos órgãos institucionais responsáveis pela pesca artesanal nesse município.

Nessa direção, as propostas e as ações direcionadas para a pesca artesanal em Rio Formoso não são adequadas para a realidade dessa comunidade. Os mecanismos utilizados para a elaboração dessas propostas são autoritários no que concerne a sua construção. Não há efetividade em suas ações, pois as políticas públicas realizadas nessa comunidade não consideram e nem respeitam as particularidades desse universo. Essas Políticas não ouvem seus interessados, não respeitam suas demandas e por fim não valorização sua cultural. Sendo assim, as ações implementadas na comunidade pesqueira de Rio Formoso foram pensadas de forma vertical, sem a prévia consulta popular. Isso gera um dano irreparável nos direitos sociais e

políticos desses atores sociais, uma vez que essas politicas já nasceram sem efetividade, ou seja, já nasceram mortas em sua essência.

A invisibilidade política permeia a vida dessas pescadoras, mesmo assim, é importante ressaltar que sua presença nas reuniões representa um marco significativo dentro desse ambiente de desvalorização e exclusão. Apesar de todas as dificuldades impostas pelo contexto social, elas se fazem presentes. Uma força de vontade imensa e uma determinação em está, mesmo que fisicamente, participando desses momentos da colônia. Muitas delas levam consigo filhos pequenos, netos, percorrem longas distâncias, enfrentam grandes dificuldades de locomoção para se fazerem presentes. Entendemos que está presente não significa participar, porém quando se trata de um universo masculinizado e hierarquizado como a pesca tradicional, devemos considerar isso como um avanço importante dentro desse contexto.

Por fim, nossa pesquisa conclui que não há uma participação ativa e reflexiva das pescadoras nas deliberações, nas escolhas e nas decisões da colônia. Essa participação se caracteriza como incipiente e alienante. Pois, participar é ter a coragem de enfrentar as formas estagnadas do poder que tentam manter o status quo, é aceitar o desafio da mudança. O processo democrático é complexo, porém ele só ganha vitalidade com a participação e a opinião de todos/as. A participação não pode ser vista como um fim em si mesmo, ela é processo a si fazer a todo instante em direção à democracia e à liberdade.

Propõem-se como ação, para tentar solucionar a problemática: a melhoria da mobilização comunitária; o incentivo para a maior participação das pescadoras nos debates e diálogos na colônia; estímulo ao desenvolvimento do controle social; democratização das informações, contribuindo para o fortalecimento dos canais de participação popular através de um sistema de comunicação dialógico com os órgãos públicos responsáveis pela elaboração de politicas públicas para a comunidade pesqueira. Sistematização de ações conjuntas entre comunidade e instituições públicas que desenvolvam projetos

direcionados e específicos para a pesca artesanal no município de Rio Formoso.

Portanto, no que diz respeito à participação das mulheres na comunidade pesqueira de Rio Formoso-PE, há todo um campo a ser explorado e trabalhado, principalmente nas regiões do litoral sul de Pernambucano. Destaca-se que as questões sobre participação feminina nas esferas de poder são temas de suma importância e que merece maiores estudos e visualizações por parte do poder público e da sociedade.

Não se pretende aqui esgotar todos os debates sobre o assunto, no entanto, abre-se caminho para novas abordagens ligadas ao desenvolvimento local, às políticas públicas e ao processo de empoderamento das mulheres em comunidades tradicionais. As futuras pesquisas sobre esses temas podem ensejar novos questionamentos sobre o processo de garantias e de direitos da mulher pescadora. Há todo um universo a ser questionado, como por exemplo: os direitos sociais da pesca, a saúde e o bem-estar da pescadora, os preconceitos enfrentados nessa atividade econômica, a relação com o meio ambiente e a sustentabilidade e a equidade de gênero na pesca artesanal.

As futuras pesquisas poderão ser realizadas tanto na costa litorânea como nas regiões do agreste e do sertão pernambucano onde a pesca artesanal se faz presente. Essas regiões poderiam ser estudas com mais profundidade, uma vez que existem poucas pesquisas direcionadas à pesca artesanal e à mulher pescadora. Sendo assim, ficam evidentes que existem ainda vários temas a serem desenvolvidos dentro desse contexto social que envolve mitos, identidade, cultura e um poderoso espírito de resistência e conservação de sua história de seu legado.

.

REFERÊNCIAIS

ANDRADE, Manuel Correa de. **Territorialidades, Desterritorialidades, Novas Territorialidades: os limites do poder nacional e do poder local**. In: SANTOS, Milton (Org.) *Território: Globalização e Fragmentação.* São Paulo: Hucitec, 1993, pp. 213-220.

ASCELRAD, Henri. **Território e Poder – política das escalas**. In: FISCHER, Tânia (org). Gestão do desenvolvimento e poderes locais: marcos históricos e avaliação. Salvador, BA: Casa da Qualidade, 2003.

AMMAM, Safra Bezerra. **Participação Social**. 2. Ed revista e ampliada. Cortez & Moraes LTDA. São Paulo, 1978.

BERNARDO, Erick Valdevino. **Políticas públicas e equidade de gênero em pesca artesanal: projeto polo peixe. 2012. Dissertação (Mestrado)** – Curso de Pós Graduação em extensão rural e desenvolvimento local, UFRPE, Recife, 2012.

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação masculina**. Oeiras; Celta Editora. 1999.

BORDENAVE, J. **O que é Participação?** São Paulo: Brasiliense, 1983 (coleção primeiros passos, 95).

BUARQUE, Sérgio. **Construindo o desenvolvimento local sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

CALLOU, Angelo Brás Fernandes. **A voz do mar: construção simbólica da realidade dos pescadores brasileiros pela missão do cruzador "José Bonifácio". 1994. Tese (Doutorado)** – Curso de Pós-graduação da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, USP, São Paulo, 1994.

CALLOU, Angelo Fernades Brás. **Extensão rural: Polissemia e resistência**. In: IV Congresso da Sober, Fortaleza, 2006.

CARVALHO, Felipe Eduardo Araújo de. **Extensão Pesqueira e Desenvolvimento Local**: A experiência de Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca no Estado de Pernambuco 2003-2006.2007. 78 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Programa de Pós-Graduação em extensão Rural e Desenvolvimento Local, Departamento de Educação, UFRPE, Recife/PE, 2007.

CIAMPA, A. da Costa. **As categorias fundamentais da psicologia social**. São Paulo: Identidade, 1989.

COELHO, C.C. **Gênero e Políticas Públicas**. In falas de gênero: teorias, análises, leituras. Alcione Leite da Silva, Mara Coelho de Souza e Tânia Regina Oliveira Ramos (Org), Florianópolis: Editora Mulher, 1999.

DEMO, Pedro. **Participação é conquista: Noções de políticas sociais participativa**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 1999.

DIAS, E. F. **A Liberdade (im) possível na ordem do capital**. Reestruturação produtiva e passivização. Campinas, IFCN/UNICAMP, 1997.

DIEGUES, Antônio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada**. 2. Ed. São Paulo: Hucites, 1996.

FRANCO, A. **Porque precisamos de desenvolvimento local integrado e sustentável**. Brasília: 2001.

FALQUET, J. **Três questões aos movimentos sociais progressistas: contribuições da teoria feminista à análise dos movimentos sociais.**
Ministério do desenvolvimento Agrário – MDA. Portal NEAD.
Artigo do mês. nº 289. 23 jun - 03 jul 2005. Disponível em HTTP://www.nead.org.br/index.php acesso outubro de 2011.

HAESBAERT, Rogério. ***Da Desterritorialização à Multiterritorialidade***. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA-EGAL, 10, 2005, São Paulo. Anais... São Paulo: Universidade de São Paulo-USP, 2005. pp. 6774-6792. CD.

JARA, C. Júlio, com a colaboração de Maria Verônica Morais Souto. **As dimensões intangíveis do desenvolvimento Local**. IICA – Brasil. Brasília, 2002.

_____.**A sustentabilidade do capital social**. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA). Recife: Secretaria do Planejamento do Estado de Pernambuco – SEPLAN, 2001.

_____.**O capital social que redefine a sustentabilidade à sociabilidade fragmentada, conflitiva e contaminada pela desconfiança social**. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), Recife: Secretaria do Planejamento do Estado de Pernambuco – SEPLAN, 2001.

_____.**Os aspectos intangíveis do desenvolvimento humano e sustentável**. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a agricultura – SEPLAN, 2003.

JESUS, P. de. **Desenvolvimento Local**. In CATTANI, Antônio David (org). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003

JORNAL DO COMÉRCIO (Pernambucano). JC Online. **Ocupações no litoral monitoradas por** voo. Disponível em: <http://m.jconline.ne10.uol.com.br/t320/noticia/cidades/cienciamambiente/noticia/2014/01/28/115207>. Acesso em: 28 de Jan. 2014.

LEITÃO, Maria do Rosário de F. A. (org). **Extensão Rural, extensão pesqueira: experiências cruzadas**. Recife: FASA, 2007.

_____. Artigo: **Discursos e Identidade de Gênero em Comunidades Costeiras**. Recife: UFRPE, 2005.

LIMA, Irenilda de Souza; ROUX Bernard. **As estratégias de comunicação nas políticas públicas de assistência técnica e extensão rural para a agricultura familiar no Brasil**. In: CIMADEVILLA, Gustavo, (Comp). Comunicación, tecnologia y desarrolla: trayectorias. Argentino: 1º Edição. Universidad nacional de Rio Cuarto, 2008. Pag.91-102.

LIMA, Silvia Peixoto de; RODRÍGUEZ, Margarita Victoria. **Políticas educacionais e equidade: revelando contextos**. Disponível em: www.histedbr.fae.unicamp.br. Acesso em 13 de janeiro de 2013.

LOMBERDI, Rosa Maria. 2010. **A Persistência das Desigualdades de Gênero no Mercado de Trabalho**. In Divisão sexual do trabalho, Estado e Crise do Capitalismo. Albertina Costa; Maria Betânia ávila; Vera Soares e Verônica Ferreira (Organizadoras) – Recife: SOS CORPO – Instituto Feminista para Democracia, pp 33 - 56.

MANESCHY, Maria Cristina; ALENCAR, Edna e NASCIMENTO, Ivete Herculano. 1995. **Pescadoras em busca de cidadania**. In A MULHER EXISTE? Uma contribuição ao estudo da mulher e gênero na Amazônia/ organizado por Maria Luzia Miranda Álvares, Maria ÂngelaD'Incao. Belém, GEPEM, pp. 81 – 96.

MANESCK, M.C.; MIRANDA ÁLVES, M. L. **Mulheres na pesca: trabalho e lutas por reconhecimento em diferentes contextos.** Disponível em: http://coletiva.org/site/index.php?option=com_k2&view=item&id=12:mulheres-na-pesca-trabalho-e-lutas-por-reconhecimento-em-diferentes-contextos&tmpl=component&print=1. Acesso em: 27/04/ 2011.

MARTINS, Gilberto de Andrade. **Estudo de Caso: uma estratégia de pesquisa**. São Paulo: ATLAS, 2006.

MELO. Maria de Fátima Massena. LIMA, Daisyvângela E. S. STADTLER, Hulda Helena Coraciara**. E pescadora pesca? Reprodução da hierarquia dos gêneros entre pescadoras artesanais**. In: II Seminário Nacional Gênero e Práticas Culturais: Culturas, leituras e Representações. 2009.

MELO. Maria de Fátima Massena. STADTLER, Hulda Helena Coraciara. **Formas de adaptação entre pescadoras artesanais: produção e reprodução**. In: XXVIII Congresso Internacional da Alas. Recife. 2011.

NOVAES, Mª de Lourdes. **O trabalho da mulher na agricultura familiar**. In: LIMA, M.E.B.; COSTA, A.A.A.; COSTA, A.; ÁVILA, M.B.; SOARES, V.L. (Organizadoras). Transformando a relação trabalho e cidadania: Produção, reprodução e sexualidade. 1º Edição. São Paulo: CUT/BR, 2007. p. 151-165.

PIRES, L.H. **A descentralização do poder e a regionalização das soluções**. In: DOWBOR, Ladislau. POCHMANN, Márcio (Orgs). Políticas para o desenvolvimento local. 1º Edição. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2008. p. 105- 129.

RAMALHO, Cristiano Wellington Noberto. **"Ah , esse povo do mar!: um estudo sobre trabalho e pertencimento na pesca artesanal pernambucana**. São Paulo, Editora Polis: Campinas, Ceres, 2006.

ROMANO. Jorge. **Empoderamento: Recuperando a questão do poder no combate à pobreza.** CPDA-UFRJ, Brasil, 2002.

SALES, Epitácio Guerreiros Filho. **Empreendedorismo e desenvolvimento local em comunidades costeiras: Estudo desenvolvido junto às artesãs associadas da comunidade costeira de A-Ver-o-Mar, no município de Serinhaém, no Estado de Pernambuco – Brasil.** 2008. Dissertação (Mestrado) – Curso de Pós Graduação em extensão rural e desenvolvimento local, UFRPE, Recife, 2008.

SANTANA, M.C.S. **Relações de gênero, desenvolvimento local e participação das mulheres na comunidade Mem de Sá**, Itaporanga D´Ajuda/SE. 2003

SANTOS, M; SOUZA, M.A.A. de;SILVEIRA, M.L (org). **Território: globalização e fragmentação.** São Paulo: Hucitec; Annablumme, 1998.

SANTOS, Graciete. **As Relações de Gênero na Agricultura Familiar**. In: LIMA, M.E.B.; COSTA, A.A.A.; COSTA, A.; ÁVILA, M.B.; SOARES, V.L. (Organizadoras). Transformando a relação trabalho e cidadania: Produção, reprodução e sexualidade. 1º Edição. São Paulo: CUT/BR, 2007. p. 167-174.

SETTON, Maria da Graça Jacintho Setton. **A Teoria do Habitus em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea**. Revista Brasileira de Educação, nº 20, maio/jun/Jul/ago, 2002.

SOUZA, Marcelo L. de. **O território: Sobre Espaço e Poder, Autonomia e Desenvolvimento**. In: CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). *Geografia: Conceitos e Temas.* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, pp.77-116.

SCOOT, Joan. Gênero: **Uma categoria útil para a análise histórica**. Educação & Realidade, Porto Alegre, Recife: SOS Corpo. 1995.

SOMEKH, Nadia. **Construção Social da Cidade: Desenvolvimento Local e Projetos Urbanos**. In: DOWBOR, Ladislau; POCHMANN, Márcio. Políticas para o Desenvolvimento Local. São Paulo: fundação Perseu Abramo, 2010. P. 17-40.

SORJ, Bila. 2010. **Os cuidados coma família e as desigualdades de gênero e de classe**. In Divisão sexual do trabalho, Estado e Crise do Capitalismo. Albertina Costa; Maria Betânia ávila; Vera Soares e Verônica Ferreira (Organizadoras) – Recife: SOS CORPO – Instituto Feminista para Democracia, pp. 57 - 65.

STADTLER, Hulda. **Relações sociais de gênero e violência no campo e na agricultura familiar**. In: Fazendo Gênero 8 - Corpo, Violência e Poder. Florianópolis. 2008.

_____, Hulda. **A identidade de gênero como ferramenta política entre as lideranças femininas da pesca em Pernambuco** In: II Seminário Nacional Gênero e Práticas Culturais: Culturas, leituras e Representações. [S.L]. 2009.

TAUK SANTOS, Maria Salett. **Comunicação e informação: Identidades e fronteiras**. São Paulo/Recife: Bagaço, 2000.

TEXEIRA, Elenaldo Celso. **O Local e o Global: limites e desafios da participação cidadã.** São Paulo: Cortez, 2001.

_____, Elenaldo Celso. **O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade.** Disponível em: www.dhnet.org/dados/cursos/aatr2/a_aatr_pp_papel.pdf>. Acesso em: 20 de novembro 2013.

IBAMA - **INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS.** Disponível em < http://www.ibama.gov.br/search/pesca-artesanal> acesso em 15 de outubro de 2011.

MPA. **Ministério da Pesca e Aquicultura**. In: Pesca – Pesca Artesanal. Disponível em: < http://www.mpa.gov.br/#pesca/pesca-artesanal>Acesso em 10 de Outubro de 2011.

WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel. O **agricultor familiar no Brasil: um ator social da construção do futuro**. In: PETERSEN, P (org.). A agricultura familiar camponesa na construção do futuro. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009. p. 33-46.

WOORTMAM. E. F. **Da complementariedade à dependência: espaço, tempo e gênero em comunidades pesqueiras do Nordeste**. Revista brasileira de Ciências Sociais, n.18, p.41-60, 1992

YIN, Robert K. **Estudo de Caso: Planejamento e Métodos**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

Apêndice

Entrevista com as pescadoras:

Perfil socioeconômico

1. Nome:
2. Idade:
3. Local onde reside?
4. Há quanto tempo pesca?
5. Quando começou a pescar?
6. Local de pesca:
7. Possui carteira de pescadora?
8. Tempo de filiação:
9. Grau de escolaridade:
10. Onde comercializa seus produtos pescados?
11. Por qual valor é vendido seus produtos?
12. Há algum local onde vocês armazenam seus pescados?
13. Costuma frequentar as reuniões realizadas no colônia de pescadores? Sim ( ) não ( )
14. Existe alguém de sua família que também trabalha na pesca artesanal?

Mulher e Políticas Públicas:

1. Participa das reuniões da colônia? Quantas reuniões?
2. Como você vê a presença das mulheres nas reuniões?

3. As mulheres são respeitadas no que diz respeito aos seus direitos na colônia?
4. Recebem alguma ajuda do governo do Estado ou da Prefeitura Municipal? Se sim, qual?
5. Como os pescadores veem a participação das mulheres pescadoras nas reuniões?
6. Você sofre algum tipo de preconceito por ser pescadora? Se sim, qual?
7. Qual a importância das mulheres na pesca artesanal?
8. Qual a sua avaliação em relação às políticas públicas para as mulheres pescadoras?
9. Já participou de alguma reunião (conferência) para discutir políticas públicas para as mulheres pescadoras?
10. Como você analisa a participação das mulheres na pesca artesanal de Rio Formoso?